

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**A DETECTAÇÃO DA POSTURA GOVERNAMENTAL FRENTE À PROTEÇÃO
AO MEIO AMBIENTE: O IMPACTO DOS GASTOS ORÇAMENTÁRIOS NO
ORÇAMENTO DA UNIÃO NO PERÍODO 1996 – 1998.**

Monografia submetida ao Departamento de
Ciências Contábeis da Universidade Federal
de Santa Catarina, como requisito parcial
para a obtenção do grau de Bacharel em
Ciências Contábeis.

GIOVANNA GOMES FARACO

ORIENTADOR: FLÁVIO DA CRUZ

FLORIANÓPOLIS – SANTA CATARINA – BRASIL

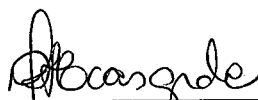
1998

**A DETECTAÇÃO DA POSTURA GOVERNAMENTAL FRENTE À PROTEÇÃO
AO MEIO AMBIENTE: O IMPACTO DOS GASTOS ORÇAMENTÁRIOS NO
ORÇAMENTO DA UNIÃO NO PERÍODO 1996 – 1998.**

GIOVANNA GOMES FARACO

Esta monografia foi apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Contábeis na Universidade Federal de Santa Catarina.

Obteve a nota média de 9,50 atribuída pela banca examinadora constituída pelos professores abaixo mencionados:



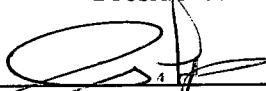
Maria Denize Henrique Casagrande

Coordenadora de Monografia do CCN

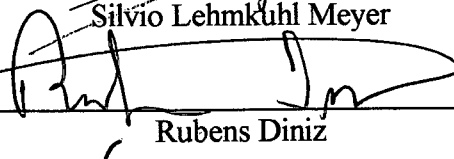


Flávio da Cruz

Presidente



Silvio Lehmkuhl Meyer



Rubens Diniz

Florianópolis, 1998.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
1.1 Considerações Iniciais.....	7
1.2 Tema.....	8
1.2.1 Delimitação do Tema.....	8
1.3 Objetivo Geral.....	9
1.3.1 Objetivos Específicos.....	9
1.4 Problema.....	10
1.4.1 Justificativa.....	10
1.5 Metodologia Aplicada.....	11
2 O SISTEMA AMBIENTAL PÚBLICO.....	12
2.1 Política Ambiental no Brasil.....	12
2.1.1 Legislação do Meio Ambiente no Brasil.....	12
2.1.2 Características da Política Ambiental no Brasil.....	16
2.1.3 Organizações de Defesa do Meio Ambiente.....	19
2.1.3.1 Organizações Governamentais Ambientalistas.....	19
2.1.3.2 Organizações Não-Governamentais Ambientalistas.....	20
2.1.3.2.1 Conceitos.....	20
2.1.3.2.1.1 Da Ecologia aos Organismos de Defesa.....	20
2.1.3.2.2 Origem e Evolução das ONGs.....	22
2.1.3.2.3 As ONGs e o Terceiro Setor.....	23
2.1.3.2.3.1 Papel Estratégico e Credibilidade.....	24
2.1.4 Relação Entre Governo e ONGs.....	25
2.1.4.1 A Parceria e Seus Desafios.....	26
2.1.4.1.1 Racionalidade.....	26
2.1.4.1.2 Significado de Desenvolvimento.....	26
2.1.4.1.3 Formas de Representação Política.....	27
2.1.4.1.4 Gestão Ambiental e Orçamento.....	27
3 CONTABILIDADE PÚBLICA.....	28
3.1 Conceitos.....	28
3.1.1 Das Contas às Classificações.....	30
3.1.1.1 Classificação Institucional.....	39
3.1.1.2 Classificação Funcional-Programática.....	40
3.1.1.3 Classificação Econômica.....	43
3.1.1.4 Classificação das Fontes de Recursos.....	44
3.2 Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.....	45
3.2.1 Histórico.....	45
3.2.2 Conceito.....	46
3.2.3 Objetivos.....	46
3.2.4 Funções.....	47
3.3 Gastos Orçamentários.....	47
3.3.1 Política de Transferências Orçamentárias.....	47
3.3.1.1 Descentralização de Créditos.....	47
3.3.1.1.1 Cota.....	47

3.3.1.1.2 Repasse.....	47
3.3.1.1.3 Sub-repasse.....	48
3.3.2 Ações Governamentais Oficiais de Proteção ao Meio Ambiente.....	48
3.3.2.1 Volume das Despesas no Programa 77 - Proteção ao Meio Ambiente.....	48
4 DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES.....	50
4.1 Demonstrações Contábeis.....	50
4.1.1 Balanço Orçamentário.....	50
4.1.2 Balanço Financeiro.....	51
4.1.3 Balanço Patrimonial.....	51
4.1.4 Demonstração das Variações Patrimoniais.....	51
4.1.5 Balanço Social.....	52
4.2 Divulgação Via Computador.....	53
4.2.1 Principais Sites.....	54
4.3 Outras Fontes.....	54
CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES.....	55
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	57
ANEXOS.....	59
ANEXO I - Sites Governamentais Federais.....	59
ANEXO II – Sites Não-Governamentais.....	60
ANEXO III – Acompanhamento da Execução Orçamentária 1996 – 1998.....	71

LISTA DE QUADROS

2.1 – Estrutura do SISNAMA.....	19
3.1 – Divisão entre receitas correntes e receitas de capital.....	34
3.2 – Divisão entre despesas correntes e despesas de capital.....	36

AGRADECIMENTOS

Agradeço,

à Deus, por todas as oportunidades.

ao Professor Mestre Flávio da Cruz por ter me orientado e dedicado seu tempo em prol da elaboração deste trabalho.

à minha mãe, Jandira José Gomes Faraco, por ter sempre acreditado em mim e me dado todo o apoio de que sempre precisei.

ao Marcos Adriano Tortato, por estar sempre ao meu lado nas horas mais importantes.

aos meus amigos Glauco S. Backes, João A. B. Pina e Rodrigo R. Marcelino que alcançaram, junto comigo, mais uma importante etapa de nossas vidas.

1 INTRODUÇÃO.

Esta seção traz breves considerações sobre o desenvolvimento do tema da monografia, suas delimitações, objetivos, problema e justificativa. Além disso, é feita a descrição da metodologia aplicada.

1.1 Considerações Iniciais.

Nas últimas décadas tem crescido em todo o planeta uma postura de defesa da natureza, o que se poderia generalizar como ambientalismo. Tendo em vista a evolução do desenvolvimento e da situação ambiental em nosso país, tornou-se importante a discussão e a análise dos temas que se apresentam relacionados a este assunto. O interesse despertado na opinião pública, na imprensa, nos órgãos governamentais e nas organizações não-governamentais evidencia tal importância. Milhares de estudos, pesquisas, análises, reportagens e denúncias têm sido feitos a fim de apontar responsabilidades e alternativas.

A exemplo dessa internacionalização da discussão sobre o meio ambiente foi realizada em 1972 a Conferência da ONU sobre o Ambiente Humano, em Estocolmo, na Suécia. Depois desta conferência mundial, muitas entidades passaram a trabalhar na elaboração de um diagnóstico da situação ambiental e na elaboração de táticas mundiais para a preservação do meio ambiente.

O processo evolutivo desta questão no Brasil levou à criação de organismos específicos para cuidar dos assuntos relacionados ao meio ambiente. As instituições governamentais formam o SISNAMA – Sistema Nacional de Meio Ambiente, estabelecido através da Lei 6.938/81; e as instituições não-governamentais formam as ONGs – Organizações Não-Governamentais – Ambientalistas, que se reúnem conforme interesses específicos.

Em 1992 foi a vez do Brasil sediar, no Rio de Janeiro, um encontro internacional relacionado ao tema: a Conferência Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Nesta conferência foram feitas verificações quanto ao progresso da preservação ambiental em relação às táticas globais estabelecidas em 1972, assim como avaliações de tendências

políticas dos países e organizações internacionais envolvidas. Neste grande encontro foi firmada a posição dos governos face à globalização dos problemas ambientais, destacando-os como grandes responsáveis pela coordenação dos atos para o alcance das metas estabelecidas. Desta forma, é incontestável o fato de que o governo brasileiro deve promover políticas e relações para a proteção ambiental.

Entretanto, as conferências de Estocolmo (72) e do Rio (92), enquanto grandes eventos com data fixada, apenas fazem parte de um processo que vem se desenvolvendo. Paralelamente aos eventos oficiais, ocorrem encontros, seminários, reuniões e movimentos promovidos pelas entidades não-governamentais. Ou seja, as ONGs atuam simultaneamente com o governo. Assim, as políticas ambientais atuais têm agido no sentido de aproximar as instituições governamentais das não-governamentais, a fim de acelerar o processo de desenvolvimento com o trabalho associado de todos os grupos.

1.2 Tema.

Segundo Lakatos (1991: 218), tema é “*o assunto que se deseja provar ou desenvolver*”. A escolha do tema pode ser influenciada por diversos fatores relacionados a situações profissionais, acadêmicas ou pessoais.

O tema escolhido para este trabalho monográfico foi abrangido por dois aspectos principais: a dificuldade em conseguir um orientador para um assunto correlacionado a este (as vantagens do Balanço Ambiental sob o enfoque das empresas privadas) e a curiosidade em torno das ações do governo brasileiro em relação à proteção ao meio ambiente.

1.2.1 Delimitação do Tema.

Pretendeu-se detectar, através da execução orçamentária, os gastos governamentais com a proteção ao meio ambiente e a relação destes com as ONGs ambientalistas. Entretanto, esta pesquisa foi restringida por algumas delimitações.

A análise foi feita sob o enfoque da execução orçamentária quanto aos

gastos governamentais.

O período abrangido pelo trabalho foi o correspondente ao intervalo 1996 – 1998 em função da periodização do Plano Plurianual. Eventualmente foram utilizados dados de outros períodos, pessoalmente considerados importantes para maior compreensão do trabalho.

O exame das relações entre o governo e as ONGs ambientalistas foi feita de forma teórica. Usualmente, a abordagem empregada pela questão ambiental possui âmbito mundial, ou seja, o planeta como um todo. Esta pesquisa, porém, limitou-se à área geográfica do Brasil.

1.3 Objetivo Geral.

Verificar, através da execução orçamentária trienal, os gastos governamentais da União com a proteção ao meio ambiente e a relação destes com as organizações não-governamentais – ONGs.

1.3.1 Objetivos Específicos.

- Identificar e tabular o volume de despesas no programa 77 (proteção ao meio ambiente) da classificação funcional-programática;
- Detectar através da leitura da previsão e da execução orçamentárias as ações governamentais oficiais de proteção ao meio ambiente;
- Identificar e analisar as formas de relação entre o Governo Federal e as ONGs ambientalistas, através da política de transferências orçamentárias;
- Demonstrar a importância da contabilidade pública como fonte de informações e registros, ou seja, como uma alternativa de acesso a dados do setor ambiental.

1.4 Problema.

A proliferação das ONGs ambientalistas nas últimas décadas evidencia o crescimento, em todo planeta, dos movimentos em defesa do meio ambiente. A relação entre as organizações governamentais e não-governamentais tende, desta forma, a tornar-se mais estreita.

Neste sentido, o problema deste estudo foi verificar a relação existente entre estes tipos de organizações, e identificar a parcela de contribuição financeira, por parte do governo, às ONGs ambientalistas.

1.4.1 Justificativa.

Os estudos sobre o setor público brasileiro praticamente não fazem menção, até o presente momento, às relações deste setor com o processo de proteção ao meio ambiente.

Sendo assim, o tema abordado nesta pesquisa se mostra relevante quanto às contribuições teóricas que pode trazer. Do ponto de vista geral a pesquisa se mostra importante por representar uma ‘fiscalização’ de certa parte dos gastos do governo; de maneira específica, apresenta-se como fonte de pesquisa relacionando tais gastos com o meio ambiente.

Além disso, este trabalho correlaciona a economia e a ecologia, demonstrando a importância da integração destes dois aspectos para o desenvolvimento sustentável do país.

Sabe-se que a atuação da contabilidade na administração pública envolve desde as áreas de previsão até as de execução orçamentárias. Isso demonstra que a contabilidade está presente em todo o processo administrativo das entidades públicas. Sendo assim, esta pesquisa é relevante também por demonstrar a importância da contabilidade nas relações do governo com o desenvolvimento das questões ambientais enquanto fonte de informações, registros e análises.

1.5 Metodologia Aplicada.

Foi utilizada a técnica de documentação indireta que abrangeu a pesquisa bibliográfica e a pesquisa via Internet. Segundo Lakatos (1998: 183), a pesquisa bibliográfica,

“abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo (...). Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas”.

Esta pesquisa foi fonte indispensável de informação e ajudou no planejamento do trabalho. Foi feita de acordo com os acervos disponíveis na Biblioteca Central da UFSC, na Biblioteca da ESAG, nas Bibliotecas Públicas de Florianópolis entre outras. As obras pesquisadas envolveram, além da literatura contábil, as que se mostraram pertinentes ao tema da pesquisa. Casualmente, o material reunido foi complementado com novos artigos e informações que podiam contribuir para com a melhoria do trabalho. O procedimento da pesquisa bibliográfica compreendeu: leitura das obras visando um pré-selecionamento; crítica das obras lidas, com o intento de esboçar uma linha de abordagem monográfica; e elaboração da redação monográfica.

A pesquisa via Internet visou o levantamento de dados numéricos, estatísticos e complementares para o trabalho. A pesquisa informatizada foi feita conforme os endereços disponíveis na Internet, principalmente através do ‘instrumentos de busca’, com palavras-chaves relacionadas ao tema (fundo nacional do meio ambiente, orçamento público, ministérios públicos, orçamento, ONGs, entre outros).

Os dados numéricos recolhidos foram dispostos em tabelas para facilitar a compreensão.

2 O SISTEMA AMBIENTAL PÚBLICO.

2.1 Política Ambiental no Brasil.

O Brasil tem de lidar com problemas ambientais bastante diversificados devido ao seu tamanho, seus recursos naturais e sua progressiva industrialização. A proteção ao meio ambiente está então relacionada à poluição da água, do ar e da terra, ao desmatamento, à extinção das espécies, ao lixo produzido, à destruição da camada de ozônio, entre outros problemas.

Mas existe uma deficiência bastante acentuada no modo como nos relacionamos com a natureza. Além das variáveis sociais e políticas envolvidas no assunto, existe uma negligência constante, tanto por parte dos cientistas e políticos quanto por parte da sociedade.

Sob este aspecto, o processo acaba tomando rumos diferentes, mas paralelos: por um lado, surge a legislação ambiental como forma de instituir normas que tratem de uma estruturação da proteção ambiental, estabelecendo técnicas, regras e instrumentos jurídicos que disciplinem o comportamento diante do tema. Sob outro aspecto, as políticas ambientais se modificam galgando novas formas de parcerias entre organizações governamentais e não-governamentais, tendo como objetivo principal a defesa do meio ambiente. Segundo Spina (1998: 565), *“a relevância das ONGs no cenário político internacional dá-se a partir da década de 80, com o estabelecimento de parcerias com governos e organismos internacionais para a elaboração de políticas públicas”*.

Neste íterim, faz-se necessária uma abordagem desses aspectos da política ambiental brasileira.

2.1.1 Legislação do Meio Ambiente no Brasil.

A legislação ambiental diz respeito ao estabelecimento de preceitos e regras jurídicas que servem de padrão para o comportamento humano perante o meio ambiente. Ela é concretizada através de Tratados Internacionais, da Constituição Federal, das Leis, Decretos e Portarias etc. *“De acordo com a Convenção de Viena de 1969, um*

tratado é um acordo celebrado por escrito entre diferentes Estados e regido pelo direito internacional” (Feldmann, 1992: 208). Dependendo de maior ou menor abrangência dos atos internacionais, a terminologia empregada difere: convenções, convênios, acordos, tratados, pactos e cartas indicam a relação entre países que estabelecem entre eles mesmos os objetivos e normas que querem seguir. A Constituição Federal “*regula as relações entre governantes e governados, traçando os limites dos poderes do estado e declarando os direitos e garantias individuais*” (Soibelman, 1973: 142). As leis versam de maneira mais específica sobre os assuntos da Constituição e têm suas aplicações reguladas por decretos.

A seguir são comentadas algumas leis relacionadas ao meio ambiente no Brasil.

A Lei n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981, dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente: seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, constitui o SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente e institui o Cadastro de Defesa Ambiental.

Na Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, encontram-se, no artigo 225, declarações mais compendiosas sobre o meio ambiente, do qual cabe reproduzir: “*Art. 225 – Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações*” (grifo nosso). Este artigo demonstra com objetividade a importância do meio ambiente e a responsabilidade do governo e do povo perante sua preservação e conservação.

Já a Lei n.º 9.605, de 13 de fevereiro de 1998, é a que dispõe sobre o meio ambiente. Nela se encontram regulamentos que vão desde as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente até regras sobre a cooperação internacional para sua preservação.

No desenvolvimento do trabalho serão feitas reproduções de alguns artigos com o intuito de enriquecer a leitura.

Além dessas leis, pode-se contar com uma série de Decretos e Portarias instituindo normas sobre a defesa e a conservação do meio ambiente. Adiante, cita-se alguns Decretos, que versam sobre variados assuntos: *Decreto n.º 1.040*, de 11 de janeiro de 1994 – Determina aos agentes financeiros oficiais a inclusão, entre as linhas prioritárias de crédito e financiamento, dos projetos destinados à conservação e uso racional da energia e ao

aumento da eficiência energética; *Decreto n.º 1.842*, de 22 de março de 1996 – Institui Comitê para Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – CEIVAP, e dá outras providências; *Decreto n.º 2.335*, de 6 de outubro de 1997 – Constitui a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, autarquia sob regime especial, aprova sua Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções de Confiança e dá outras providências etc.

A legislação ambiental, de um modo geral, tem evoluído no sentido da maior preocupação com a preservação do meio ambiente. O desenvolvimento de normas reguladoras deste assunto aumentou consideravelmente, principalmente a partir das décadas de 70 e 80 quando o tema ‘meio ambiente’ passou a ser discutido mundialmente. Porém, ainda há muito a ser feito neste âmbito.

A importância da legislação ambiental é demonstrada também nas discussões ocorridas nos grandes encontros e conferências mundiais, onde sempre se busca fortalecer os meios legais existentes e o desenvolvimento de novos mecanismos. A Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1991: 369), faz a seguinte colocação:

“As leis humanas têm de ser reformuladas para que as atividades humanas continuem em harmonia com as leis imutáveis e universais da natureza. É preciso com urgência:

- *reconhecer e respeitar os direitos e responsabilidades recíprocos das pessoas e dos Estados, relativos ao desenvolvimento sustentável;*
- *criar e aplicar novas normas para o comportamento individual e recíproco dos Estados, a fim de alcançar o desenvolvimento sustentável;*
- *fortalecer e ampliar a aplicação das leis e acordos internacionais já existentes em favor do desenvolvimento sustentável;*
- *reforçar os métodos existentes e criar novos procedimentos para evitar e resolver disputas relativas ao meio ambiente”.*

Entretanto, a legislação ambiental brasileira padece, de certa forma, com a amplitude do tema e com a organização do regime federativo. O primeiro aspecto diz respeito aos problemas ambientais brasileiros serem bastante diversificados; conseqüentemente a legislação ambiental torna-se igualmente complexa, podendo ser considerada atrasada sob alguns aspetos e avançada sob outros. Quanto ao regime

federativo, sob o qual o Brasil está organizado, existe a dificuldade de que sobre o mesmo assunto podem incorrer as forças de três legislações diferentes: a federal, a estadual e a municipal. O que se segue, em via de regra, é que vale a norma mais restritiva, mais rigorosa.

Outro problema que envolve a legislação ambiental é o fato de que nem sempre é levado em consideração o aspecto social. Feldmann (1992: 187) diz que:

“os crimes ambientais constituem a matéria que exige maiores modificações na legislação brasileira. (...) De maneira geral, a legislação permanece extremamente branda, exceção feita à Lei nº 7.653/88, que considerou crime inafiançável as ações contra a fauna silvestre, sem levar em consideração aspectos de natureza social. Exemplo dessa insensibilidade do legislador ocorreu no caso de dois lavradores analfabetos que foram condenados na Bahia em razão da caça de subsistência”.

Deste modo, o que se busca atualmente (através das movimentações ecológicas, das ONGs, dos grupos comunitários, dos partidos políticos ‘verdes’ etc.) é uma melhor elaboração dos textos de leis que versam sobre o meio ambiente e sua proteção.

Tendo em vista a importância do aspecto legal referente ao bom desenvolvimento da vida e do meio ambiente, o fortalecimento e a ampliação dos tratados e acordos internacionais mostram-se bastante relevantes. Tais acordos tem o objetivo principal de promover a coordenação e a cooperação entre países visando a proteção e a conservação ao meio ambiente.

Desta forma o Brasil, além de sua própria legislação, está envolvido com outros países em defesa do meio ambiente. A seguir, lista-se alguns tratados do quais o Brasil faz parte: Tratado Antártico (1959); Tratado Proibindo Ensaios com Armas Nucleares na Atmosfera, no Espaço Ultraterrestre, Inclusive a Lua e outros Corpos Celestes (1967); Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (1982); Convênio de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio (1985); Convênio sobre a Regulamentação das Atividades Relacionadas como os Recursos Naturais do Antártico (1988) entre outros.

Não se pretendeu no presente trabalho esgotar totalmente a legislação acerca do assunto mas tão somente oferecer uma abordagem mínima sobre o tema em referência.

2.1.2 Características da Política Ambiental do Brasil.

A Lei n.º 6.938, de 31.08.81, artigo 2º, dispõe que:

“a Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana (...)”.

Tal objetivo está relacionado a alguns princípios (incisos I a X do artigo 2º, da Lei nº 6.938/81), que dizem respeito: à ação do governo quanto a manutenção do equilíbrio ecológico, à melhor forma de utilização dos recursos naturais, à recuperação e proteção de áreas ameaçadas, à educação ambiental entre outros.

A Política Nacional do Meio Ambiente visa o alcance do desenvolvimento sustentável, e suas diretrizes são estabelecidas através de normas e planos que orientam a ação dos governos quanto a preservação ambiental, conforme os princípios supracitados.

Vários aspectos podem ser abordados quando se trata das questões políticas que envolvem a preservação do meio ambiente no Brasil. *“A capacidade de optar por rumos sustentáveis para as políticas exige que se considerem as dimensões ecológicas dessas políticas, tanto quanto suas dimensões econômicas, comerciais, energéticas, agrícolas, industriais e outras (...)”* (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1991: 351).

Um dos fatores envolvidos na formação das políticas ambientais brasileiras diz respeito às atribuições dos órgãos legislativos e executivos quanto ao planejamento econômico nacional. Isto é, cada setor do governo estaria envolvido e teria uma parcela de responsabilidade quando da definição de políticas, programas e orçamentos, visando um desenvolvimento econômico ecologicamente sustentável. Os problemas ambientais só podem ser resolvidos por grupos interrelacionados, sob um panorama bastante amplo. Em suma, nosso governo deve ser capaz de orientar cada instituição ou região, afim de desenvolver programas de ação conjunta e ampliar as possibilidades de resolução de problemas.

Outro fator de influência está representado por marcos históricos

internacionais: as Conferências das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (em Estocolmo, Suécia, em 1972; no Rio de Janeiro, Brasil, em 1992); a Declaração de Nairóbi de 1982; a divulgação do informe “Nosso Futuro Comum” em 1991, entre outros.

Os que mais influíram sobre as políticas brasileiras, foram:

- primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: realizada na Suécia em 1972, contou com a presença de países desenvolvidos como grande maioria. Se caracterizou

“(...) por enfatizar a preservação e a melhoria do meio ambiente humano, compreendido este como a proteção dos ecossistemas naturais e o combate a todas as formas de poluição provocadas pela industrialização acelerada, pela explosão demográfica e pela intensificação do processo de crescimento humano” (Dias, 1995: 90).

As deficiências ambientais, naquela ocasião, eram vistas como conseqüências do subdesenvolvimento dos países;

- Informe “Nosso Futuro Comum”: divulgado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (criada pelas Nações Unidas, em 1983), relacionou economia e ecologia como fatores conectados, formalizou o termo ‘desenvolvimento sustentável’, e determinou parâmetros nos quais os Estados deveriam se basear a fim de promover melhorias ambientais;

- segunda Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: acontecida em 1992 no Brasil, concluiu que a proteção ambiental não pode ser considerada como uma ação isolada, mas como parte de todo um processo de desenvolvimento.

Estes grandes acontecimentos, acompanhados por outros não tão ressaltados mas cada vez mais freqüentes, passaram a divulgar e a defender o meio ambiente, levando as discussões sobre o assunto a um nível mundial. Diante deste quadro, o Brasil, assim como os demais países, passaram a rever e a reformular suas políticas ambientais.

Outro fator na formação dessas políticas, se refere a:

“enorme influência da ação das instituições financeiras internacionais, particularmente dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento, como o BID e o BIRD, que interferem na formulação de políticas ambientais no Brasil, condicionando muitos empréstimos, ou a renovação de outros, a medidas em relação ao meio ambiente que, de acordo com seus interesses, julgam necessárias”. (Dias, 1995: 88).

Assim, o Brasil também tem de assumir uma nova postura quanto à questão ambiental, procurando se enquadrar às condições impostas pelos grandes bancos como meio de contratar novos empréstimos ou até mesmo participar do comércio externo.

Fator que também deve ser considerado como grande influidor sobre as determinações de políticas ambientais brasileiras, é o papel fundamental que a comunidade científica, os grupos comunitários e as ONGs têm desenvolvido. Os cientistas são os grandes responsáveis pela apresentação de provas sobre as alterações ocorridas no meio ambiente e os riscos inerentes de tais alterações. Os grupos comunitários e as ONGs divulgam informações buscando o despertar da consciência pública e pressionam os governos para que estes ajam efetivamente. Maiores considerações sobre o papel das ONGs no Brasil e no mundo serão feitas num capítulo posterior (2.1.3.2 - Organizações Não-Governamentais Ambientalistas).

Um último aspecto que pode ser considerado é a questão da necessidade de aplicação de grandes quantias nas políticas econômicas e setoriais que visam o desenvolvimento e a preservação do meio. Apesar de a curto prazo tal quantia mostrar-se grande, a longo prazo mostra-se preferível, pois os gastos com a recuperação de terras e *habitats* naturais, o restabelecimento da fertilidade dos solos entre outras medidas de restauração, são bem maiores. Segundo a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1991: 375), *“as nações, industrializadas ou em desenvolvimento, que não fizeram esse tipo de investimento, pagaram muito mais, em termos dos custos dos danos à saúde humana, à propriedade, aos recursos naturais e ao meio ambiente. E esses custos continuam aumentando a um ritmo acelerado”*. Em suma, o Brasil deve reorientar suas principais políticas para, no futuro, não sofrer com gastos elevados relativos à restauração ambiental.

2.1.3 Organizações de Defesa do Meio Ambiente.

2.1.3.1 Organizações Governamentais Ambientalistas.

Conforme o artigo 6º da Lei nº 6.938/81, os órgãos e entidades nacionais, assim como as fundações instituídas pelo Poder Público, relacionados à proteção e melhoria da qualidade do meio ambiente compõem o SISNAMA - Sistema Nacional do Meio Ambiente.

O SISNAMA está estruturado como mostra a quadro, de acordo com o artigo 3º do Decreto nº 99.274, de 06.06.90:

Quadro 2.1 – Estrutura do SISNAMA.

<p>ÓRGÃO SUPERIOR: Conselho de Governo</p> <p>FUNÇÃO: assessorar o Presidente da República no estabelecimento da política nacional e respectivas diretrizes governamentais.</p>
<p>ÓRGÃO CONSULTIVO E DELIBERATIVO: Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA</p> <p>FUNÇÃO: assessorar o Conselho de Governo no estabelecimento de diretrizes políticas, e deliberar sobre normas e padrões que visem o desenvolvimento sustentável.</p>
<p>ÓRGÃO CENTRAL: Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República - SEMAM/PR.</p> <p>FUNÇÃO: planejar, coordenar, supervisionar e controlar a política nacional e as diretrizes fixadas.</p>
<p>ÓRGÃO EXECUTOR: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA</p> <p>FUNÇÃO: executar e fazer executar a política e as diretrizes fixadas.</p>
<p>SECCIONAIS: órgãos ou entidades estaduais</p> <p>FUNÇÃO: executar programas, controlar e fiscalizar as atividades que possam causar a degradação ambiental.</p>
<p>ÓRGÃOS LOCAIS: órgãos ou entidades municipais.</p> <p>FUNÇÃO: controlar e fiscalizar as atividades que possam degradar o ambiente, nas suas respectivas jurisdições.</p>

O Decreto nº 99.274/90, supramencionado, versa com maiores detalhes sobre as disposições da Lei nº 6.938/81.

2.1.3.2 Organizações Não-Governamentais Ambientalistas.

2.1.3.2.1 Conceitos.

2.1.3.2.1.1 Da Ecologia aos Organismos de Defesa.

Para que se possa relacionar as ações do governo com as ONGs ambientalistas é necessário que se observe alguns conceitos ligados ao meio ambiente.

Spina (1998: 346) diz que a ecologia é o *“ramo da Biologia que estuda a relação dos seres vivos com o meio ambiente e entre si. Fundamenta-se no conceito de ecossistema, que demonstra a necessidade de os elementos da natureza se relacionar em sistemas complexos”*. Complementando este conceito, Soares (1993: 128) descreve a ecologia da seguinte maneira:

“Biologia do ambiente; estudo do comportamento dos seres vivos entre si, e das formas de interdependência destes com o meio, as influências recíprocas, as maneiras de competição por alimentos e espaço, os tipos de adaptação ambiental, os agrupamentos em diversos níveis tróficos, as comunidades e, sobretudo, o papel do homem, como principal modificador do meio e do equilíbrio biológico”.

Carvalho (1991: 241), por sua vez, define o meio ambiente: *“Entende-se por meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”*. Esta mesma definição é dada no inciso I, do artigo 3º da Lei nº 6.938/81.

A mesma lei dá outras definições no seu artigo 3.º: a degradação ambiental refere-se à alteração adversa das características do meio ambiente. Já a poluição, é a degradação ambiental que resulta de atividades que: prejudicam a saúde, a segurança e o bem-estar das pessoas; afetam desfavoravelmente a biota, as condições estéticas ou sanitárias do meio; criam condições adversas ao padrão ambiental estabelecido; entre outros. No inciso V dispõe sobre o que são os *“recursos ambientais: a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e flora”*.

Os conceitos supramencionados nos permitem deduzir que o Brasil acaba tendo de lidar com problemas ambientais bastante diversificados. Isto, como dito anteriormente, devido ao seu tamanho, seus recursos naturais e sua progressiva industrialização.

Como será detalhado posteriormente, a luta pela preservação do meio ambiente tem se intensificado e novos organismos têm surgido compondo os movimentos ecológicos. Dentre estes organismos destacam-se as ONGs. ONG é a *“sigla de organização não-governamental, entidade de direito civil, sem fins lucrativos nem vínculos com governos, sindicatos ou partidos políticos”* (Spina, 1998: 565). Segundo Bayma (1995: 183) as ONGs podem ser definidas sob três primas: aos olhos do governo, *“são entidades não-comerciais que não estão incluídas em sua esfera”*; na visão das agências financiadoras, *“são entidades sem fins lucrativos com objetivos voltados para projetos de desenvolvimento social”*; e aos olhos delas próprias, ONG é *“uma organização substantiva, flexível, com capacidade de auto organização e de autogestão”*.

Mas sua própria expressão não indica o que ela é, e sim o que ela não é: organização não-governamental. Deste modo, faz-se necessário buscar na literatura uma caracterização mais formal: *“De modo geral, as ONG são entidades sem fins lucrativos, formadas por livre iniciativa, desvinculadas do poder governamental, mesmo quando atuam em funções típicas do Estado; autônomas e independentes, mesmo em suas relações com órgãos financiadores, parceiros e o poder local; e plurais e proliferantes”* (Fischer apud Bayma, 1995: 183).

As ONGs atuam, dentre outros ramos, na defesa do meio ambiente, contra a extinção das espécies animais e vegetais, contra a degradação ambiental, entre outros.

2.1.3.2.2 Origem e Evolução das ONGs.

Como visto anteriormente, nas últimas décadas tem crescido em todo o planeta uma postura de defesa da natureza, o que se poderia generalizar como ambientalismo. Tendo em vista a evolução do desenvolvimento e da situação ambiental em nosso país, tornou-se importante a discussão e a análise dos temas relacionados a este

assunto. O interesse despertado na opinião pública, na imprensa, nos órgãos governamentais e nas ONGs evidencia tal importância. Milhares de estudos, pesquisas, análises, reportagens e denúncias têm sido feitos a fim de apontar responsabilidades e alternativas. Mas esta internacionalização da discussão sobre o meio ambiente não nasceu, espontânea, de um momento para o outro. Antes, sim, galgou espaço de forma lenta e trabalhada.

Exemplo disso, foi a realização das Conferências das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (em 1972 e 1992) e a divulgação do informe “Nosso Futuro Comum” (em 1983), já comentadas no tópico 2.1.2 - Características da Política Ambiental no Brasil. Entretanto, estes grandes eventos com data fixada apenas fazem parte de um processo que vem se desenvolvendo. Paralelamente aos eventos oficiais sempre ocorrem encontros, seminários, reuniões e movimentos, que promovem a evolução do tema.

Todos estes acontecimentos mobilizaram a sociedade no sentido de fazê-la buscar a otimização da utilização de recursos e a promoção do desenvolvimento. Isso pode ser caracterizado como uma ‘oposição complementar’ ao governo: no que ele se mostrar ineficiente será aberto um espaço para a iniciativa de ONGs que completarão e modificarão serviços, buscando resultados mais benéficos.

Neste ponto estaria a explicação mais objetiva de porque as ONGs se formam. Quando as instituições públicas e privadas não conseguem promover um crescimento em que haja igualdade social, surgem movimentos — até com posições ideológicas diferentes — que interferem nos rumos que estão sendo seguidos. Assim, as ONGs se originam de movimentos sociais com os mais diversos objetivos.

No Brasil, Bayma (1995: 184-185) explica que as ONGs surgiram de dois grandes grupos: no *“dissociado do Estado, durante a ditadura, buscando prestar ajuda na questão dos direitos humanos”*; e no *“financiado e vinculado aos governos”*. Quanto às ONGs ambientalistas no Brasil, especificamente, pode-se datar seus nascimentos a partir da década de 70, tornando-se conhecidas do grande público mais ao final da década de 80.

Em suma, como o tema ‘meio ambiente’ tem despontado como dos mais discutidos mundialmente, as ONGs ambientalistas surgem e se ordenam em sua defesa; *“atuam tendo em vista a transformação de aspectos da realidade social considerados como negativos”* (Scherer-Warren apud Rovere, 1995: 11).

Entretanto, caso o governo conseguisse conduzir as políticas ambientais de forma equilibrada e eficaz, a extinção das ONGs ocorreria certa e gradativamente. Mas como tal condição parece um tanto quanto irrealizável, as instituições não-governamentais entram em ação promovendo algumas mudanças necessárias.

Em resumo, as ONGs ambientalistas tornam-se importantes por estarem atuando em cima de um assunto que, por sua amplitude, não consegue ser tratado apenas pelo governo e pelas instituições privadas.

2.1.3.2.3 As ONGs e o Terceiro Setor.

Segundo o volume 5 dos Cadernos Comunidade Solidária (1998: 23), “o Terceiro Setor é integrado por entidades as mais diversas: ONG, fundações, institutos, associações comunitárias, associações culturais, instituições filantrópicas etc.”. Ou, mais adiante, na página 24:

“Como ponto de partida trabalha-se com a hipótese de que pertencem ao chamado Terceiro Setor as entidades com fins públicos constituídas voluntariamente por grupos de cidadãos na sociedade civil, como pessoas de direito privado e sem fins lucrativos, autônomas em relação ao Estado e independentes de partidos políticos e de instituições de caráter corporativo. Excluem-se desse campo as instituições estatais, as empresas e as organizações de mercado, os partidos e entidades a eles vinculadas, as organizações sindicais e as entidades representativas de profissões regulamentadas”.

Estas citações definem e formulam a abrangência do Terceiro Setor. Mas, para ser considerado um terceiro setor, pressupõe-se a existência de outros dois: o primeiro caracterizado pelo Estado; o segundo, representado pelo mercado.

2.1.3.2.3.1 Papel Estratégico e Credibilidade.

Conforme o volume 5 dos Cadernos Comunidade Solidária (1998: 21),

“no Brasil, como em toda parte, um Terceiro Setor — não-governamental e não-lucrativo — coexiste hoje com o Estado (Primeiro Setor) e com o Mercado (Segundo Setor), mobilizando um volume crescente de recursos e energias para iniciativas de desenvolvimento social”.

Desta forma, orientar a estratégia nacional em prol do seu desenvolvimento é promover o progresso social do país, já que a capacidade de gerar projetos, mobilizar recursos e assumir responsabilidades são características inerentes deste novo setor.

A capacidade de mobilização de recursos humanos e materiais é maior nos países desenvolvidos, mas isso não quer dizer que os países em desenvolvimento não possam alcançar tal *status*. Com o apoio governamental, através de incentivos, reformulação política e descentralização de poder, ocorrerá maior proveito do que este sistema tem a oferecer.

Percebe-se que existe pouco reconhecimento, principalmente por parte do Estado, da importância estratégica do Terceiro Setor. Mas fortalecê-lo requer a aceitação das organizações que o compõem. Ou seja, é preciso haver uma mobilização no sentido educativo para que se evidencie a validade e a legitimidade das atividades por ele desenvolvidas. É preciso dar credibilidade a estes órgãos visando melhor funcionamento, com transparência e eficácia.

2.1.4 Relação entre Governo e ONGs.

Rovere (1995: 17) diz que *“registram-se diferentes formas de atuação do Poder Público local na área ambiental, sem que necessariamente estejam inseridas oficialmente na estrutura institucional ou que constituam-se concretização de uma política ambiental formulada no conjunto das políticas públicas locais”*. Pode-se considerar a relação entre o governo e as ONGs ambientalistas uma forma alternativa de atuação.

As ONGs, mesmo buscando mudanças e realizando tarefas, não se tornam substitutas do Estado. Caracterizam-se como parceiras democráticas no processo de fortalecimento da sociedade civil. De acordo com Serva (1997: 42), *“a intensificação desta forma de parceria desencadeia fenômenos que poderão ter consequências notáveis para o futuro da sociedade”*. Estes fenômenos tiveram origem no século XIX, na Europa, por causa dos problemas sociais acarretados pela Revolução Industrial. Conforme o mesmo autor, numa economia chamada ‘social’, desenvolveram-se organismos com as seguintes características: eram, na maioria, cooperativas, sociedades mutualistas ou associações exercendo atividades econômicas, tendo por princípio o serviço à coletividade acima da busca do lucro. Esta forma econômica modificou-se, passando a ser chamada ‘solidária’. Atualmente, são estas as características dos seus organismos: têm um objetivo social, estabelecem uma relação pessoal entre seus atores (assalariados, voluntários, usuários, parceiros locais etc.) e se utilizam de diferentes recursos (de operações comerciais, não-comerciais e não-monetários). As ONGs estão incluídas nesta economia solidária.

O que se tem observado quanto à articulação do setor público com as entidades não-governamentais ambientalistas é que há um certo condicionamento, sob dois aspectos. São eles: a tradição dos agentes políticos locais, e a percepção sobre a importância das parcerias. Desta forma, nota-se que as parcerias só ocorrem se os agentes políticos desvencilham-se das tradições e se mobilizam num desenvolvimento participativo, e se percebem que tais relações entre governo e ONGs podem trazer resultados bastante positivos.

Além disso, os princípios básicos assumidos pelo Poder Público devem ser reformulados em busca de descentralização e da democratização da gestão, pois só assim as organizações não-governamentais poderão assumir o espaço que já vêm ocupando.

2.1.4.1 A Parceria e seus Desafios.

Considerando as colocações anteriores, deduz-se que a parceria entre governo e ONGs é complexa e deverá galgar espaço entre vários desafios. Dentre eles, Serva (1997: 46-51) cita quatro: racionalidade, significado de desenvolvimento, formas de representação política e gestão.

2.1.4.1.1 Racionalidade

Existem dois tipos de racionalidade envolvidas no processo de parceria entre o governo e ONGs. A instrumental defende as ações orientadas pelo desempenho, pela utilidade e rentabilidade, sendo predominante nos organismos governamentais. A racionalidade substantiva sustenta as ações fundadas na solidariedade, na autenticidade e na ética, e é identificada nas organizações da economia solidária.

Sendo assim, estes dois ‘pontos de vista’, adversos por natureza, são focos de desafios e riscos.

2.1.4.1.2 Significado de Desenvolvimento.

Outro aspecto que pode representar risco para as parcerias é o fato de que a palavra ‘desenvolvimento’ é usada muitas vezes para encobrir decisões políticas arbitrárias. Assim, dar significado específico ao termo é necessário para que as políticas públicas sejam transparentes.

Então, *“a dimensão econômica de mercado é indispensável; todavia, isso não autoriza o mercado a prevalecer sobre as outras esferas da vida social, tornando-se a instituição dominante numa sociedade centrada no mercado”* (Guerreiro Ramos apud Serva, 1997: 47).

Em resumo, a transparência das ações entre os organismos parceiros é indispensável.

2.1.4.1.3 Formas de Representação Política.

Renovar as formas de representação política resultaria em novos processos de elaboração de políticas públicas. Isto por que *“(...) a ação de estender as formas legítimas de representação ao universo comunitário significaria revigorar a cidadania sobre novas bases”*. O desafio está em como renovar tais formas de representação, já que não é comum ao Estado colocar-se como ouvinte à sociedade que ele

deve servir.

É preciso que haja diálogo e flexibilização de certas regras entre os parceiros.

2.1.4.1.4 Gestão.

A gestão administrativa é baseada na razão instrumental e, talvez por isso, pode se apresentar como o maior desafio na realização de parcerias entre governo e ONGs. É preciso modificar a base do desenvolvimento da gestão administrativa para que se possa mudar valores e práticas, e isso só ocorrerá com muito esforço, tempo e determinação.

A Contabilidade Pública depende, enquanto parte da ciência social, dos movimentos efetivos ocorridos junto ao Estado para fixar-se nos fatos contábeis. Assim, o foco assume, dentre outros, o acompanhamento das ações de parceria praticados no campo de política de proteção ambiental. A leitura do envolvimento do Estado neste processo requer conhecimentos do sistema de contabilidade e dos dados e informações que divulga. Os capítulos seguintes pretendem auxiliar os interessados nesta leitura.

3 CONTABILIDADE PÚBLICA.

3.1 Conceitos.

A Contabilidade Pública é um dos ramos mais complexos da ciência contábil. Segundo Wilken (1970: 29), ela “(...) *estuda, orienta, controla e demonstra a organização dos orçamentos e a sua execução, a movimentação do patrimônio e suas mutações e os elementos para o processo de tomada de contas dos responsáveis por bens e valores*”. Ou seja, a Contabilidade Pública é um sistema que organiza informações para que estas sirvam de base na tomada de decisões dos seus usuários. Através dos dados por ela fornecidos podem ser feitas avaliações da situação financeira e econômica da entidade, assim como tirar conclusões sobre suas tendências futuras.

A contabilidade é um instrumento da administração pública no processo de decisões governamentais. Sua finalidade, conforme Sá (1990: 99), “*é a de estabelecer regras para que os atos e fatos administrativos da gestão financeira e patrimonial das entidades públicas se realizem em perfeita ordem e sejam registrados sistematicamente, de modo a mostrar, em épocas prefixadas, os respectivos resultados*”.

De acordo com seu campo de aplicação pode ser denominada de várias formas: conforme o nível de governo (contabilidade federal, municipal etc.), conforme as contas que registra (contabilidade patrimonial, orçamentária etc.), conforme os ramos em que é aplicada (industrial, agrícola etc.). As várias denominações e a aplicação limitada aos órgãos públicos são características que dificultam sua compreensão e aumentam a inacessibilidade aos problemas por ela sofridos.

Na Contabilidade Pública as contas são separadas em sistemas de contas independentes, para facilitar a elaboração dos balanços e demonstrativos. Os lançamentos contábeis são feitos fechados em cada sistema, isto é, ao se debitar uma conta, deve-se fazer um crédito respectivo no mesmo grupo. Tais sistemas são especificados da seguinte forma:

- Sistema Orçamentário: relacionado aos atos de natureza orçamentária, tais como: previsão da receita, fixação da despesa, descentralização de créditos, empenho da despesa. De acordo com Piscitelli (1992: 230), “*o sistema orçamentário registra o orçamento público na sua forma original e as alterações ocorridas durante o exercício;*

registra o empenho da despesa e sua execução, bem como a arrecadação da receita". Ou seja, neste plano é feito o controle das movimentações feitas pelo Estado (sobre as receitas e as despesas), como consequência da lei orçamentária;

- Sistema Financeiro: está relacionado com os ingressos (entradas) e os dispêndios (saídas) de recursos, isto é, com o registro dos recebimentos e pagamentos de natureza orçamentária e extra-orçamentária. *"A compatibilização da execução do orçamento-programa em função de um fluxo de recursos financeiros corresponde a uma das finalidades básicas de um sistema de programação financeira (...)"* (Piscitelli, 1992: 240). Em suma, este plano controla as variações financeiras, demonstrando as disponibilidades e exigibilidades existentes;

- Sistema Patrimonial: registra os bens móveis, imóveis, estoques, créditos, obrigações, valores, inscrição e baixa da dívida ativa, operações de créditos, superveniências e insubsistências ativas e passivas etc. Segundo Cruz (1988: 134), *"as contas do sistema patrimonial registram os elementos ativos e passivos que formam o patrimônio do Estado (...)"*. Ou seja, neste plano ocorre o controle físico e monetário dos bens, direitos e obrigações que se relacionam com os registros efetuados.

- Sistema de Compensação: é representado pelos atos praticados pelo administrador que não afetam ao Patrimônio de imediato mas que poderão vir a afetá-lo. *"As contas de compensação tratam do registro de responsabilidades entre a entidade e terceiros que não causam imediatamente reflexos no patrimônio. São contas de memória"* (Cruz, 1988: 130). Desta forma, este sistema compreende apenas as contas com função específica de controle, relacionadas com as situações não abrangidas no patrimônio, mas que podem vir a alterá-lo.

Estas divisões em sistemas são necessárias à medida em que *"(...) obedecem ao processo de desdobramento de atividades a que recorre o Estado, para o cumprimento de suas altas e extensas finalidades"* (Wilken, 1970: 29-30).

Em síntese, o sistema de informações que a Contabilidade Pública articula torna-se fonte de registros e pode ser usado como alternativa de acesso a dados de diversos setores, dentre os quais o setor ambiental.

3.1.1 Das contas às classificações.

Conta é o *“instrumento de registro que tem por finalidade reunir fatos contábeis da mesma natureza, sendo aberta para encerrar os valores de realização passada, presente ou futura, recebendo um título que a identifica”*. (Sá, 1990: 77). Uma outra conceituação de conta pode ser tomada da Enciclopédia Contábil e Comercial Brasileira, de Calderelli (1967: 166), como segue: *“É demonstração gráfica, encarregada do registro de operações homogêneas, debitando ou creditando individualmente, interligando-se com todo o conjunto patrimonial”*. De acordo com as definições dadas, a interdependência existente entre fatos e valores pode ser identificada através das contas. Desta forma, as contas com a mesma natureza se agrupam formando os sistemas citados anteriormente. Assim as contas públicas devem: *“a. fornecer insumos ao sistema de planejamento; b. subsidiar a tomada de decisões; c. servir de instrumento de comunicação administrativa; e d. viabilizar o processo de planejamento”* (Tristão, 1988: 1). Desta colocação nota-se que a qualidade das contas públicas em servir como instrumento de comunicação é essencial pois, através delas, a contabilidade demonstrará as ações governamentais oficiais, dentre as quais as de proteção ao meio ambiente.

O orçamento público, por sua vez, envolve as contas públicas num ‘programa de trabalho do Poder Executivo’ onde, através de seus valores, detalham o processo da economia pública. Tal orçamento é, então, um instrumento de controle do governo sobre suas contas.

O orçamento público é definido por Angélico (1994: 19) como sendo *“(...) um planejamento de aplicações dos recursos esperados, em programas de custeios, investimentos, inversões e transferências durante um período financeiro”*. Tal definição é complementada por Sandroni (1989: 247), como segue:

“Em sua definição clássica, orçamento é a previsão das quantias monetárias que, num período determinado, devem entrar e sair dos cofres públicos. Modernamente, o orçamento é considerado como uma técnica vinculada ao planejamento econômico e social e poderia ser assim definido: são as contas nacionais e o planejamento que oferecem os fins e os objetivos para as quais se requerem os fundos públicos; os custos das atividades propostas para alcançar esses fins e os dados quantitativos que medem as

realizações; e as tarefas executadas dentro de cada uma dessas atividades”.

As definições citadas nos levam a concluir que o orçamento público representa o plano de trabalho do governo expresso em valores monetários. Este plano contém as intenções governamentais quanto às atividades futuras e por isso pode ser analisado sob diversas dimensões. Tais dimensões se interrelacionam e podem ser abordadas das mais diversas maneiras. Neste trabalho monográfico serão encerradas apenas oito dimensões que entendemos mais ligadas ao orçamento, embora se saiba da existência de outras. Elas estão distinguidas da seguinte forma:

- legal: o plano envolve considerações de ordem legal, vez que nasce de uma lei e obedece normas específicas. O orçamento também mantém relação com vários princípios jurídicos;
- político: o plano representa manifestação política na medida em que, dentre os princípios orçamentários a que deve obediência, têm-se a anualidade e, na prática, a cada ano, a representação parlamentar discute e rediscute — em nome do povo — a sua composição;
- social: esta dimensão pode ser considerada a mais importante porque diz respeito ao interesse da população e sabe-se que esta é dividida em várias classes. Cada classe possui interesses específicos. No orçamento, deve ficar representado o interesse da população;
- cultural: a dimensão cultural precede a própria noção de plano vez que a manifesta preferência em organizar a previsão financeira é uma manifestação ao mesmo tempo espiritual e material. Caso um povo não aceite ou domine este hábito cultural, o próprio orçamento pode deixar de existir. Por outro lado, o atendimento aos preceitos, os rituais e procedimentos operacionais de um orçamento estão intimamente a depender de culturas locais, regionais e nacionais;
- econômico: a característica intervencionista do governo deve ser respeitada e entendida como forma de regulação do mercado. No que ele não puder ou não quiser atuar, o Estado intervêm para tentar manter o equilíbrio entre os diversos setores. Isto é feito tomando-se recursos do setor privado, principalmente pela via da tributação, e fazendo posteriormente a alocação de recursos, o ajustamento parcial de renda e riqueza e

tentativas de estabilização econômica;

- tecnológico: a própria natureza da dimensão econômica acima mencionada remete para uma dinâmica revolucionária que exige dos agentes econômicos constantes exigências em termos de inovação e criatividade. A inovação tecnológica está ligada com investimentos em pesquisa e desenvolvimento e esta, em nosso país, depende principalmente de recursos orçamentários do setor público;
- ecológico: como o orçamento deve ser anterior à realização da atividade, torna-se bastante útil quando utilizado nas questões ambientais; isto porque é preferível o gasto com preservação do que com recuperação do meio (como visto no capítulo 2.1.2 - Características da Política Ambiental no Brasil);
- demográfico: as famílias emigram e imigram em função da realização de anseios materiais e espirituais. Onde existirem oportunidades de emprego e satisfação destes anseios haverá maior concentração de residências. Ao contrário, onde houver decadência econômica e conseqüente desemprego e miséria, ocorrerá o êxodo. As políticas orçamentárias devem privilegiar ou combater tais situações.

O orçamento público fica dividido em duas partes principais: a proposta orçamentária e a execução orçamentária. A primeira parte refere-se às atividades de estimação da receita e de fixação da despesa. A segunda, às atividades de realização ou não das estimativas feitas.

A composição da proposta orçamentária é determinada pela Lei n.º 4.320/64, em seu artigo 2º: *“A Lei de Orçamento conterá a discriminação da receita e despesa, de forma a evidenciar a política econômico-financeira e o programa de trabalho do Governo (...)”*. Deste modo, a proposta orçamentária pode ser entendida como os documentos — contendo o plano de governo — que são enviados à Casa Legislativa para serem aprovados. Ou seja, só haverá execução orçamentária após o sancionamento da proposta, como confirma Angélico (1994: 24): *“Somente após a publicação da lei, o Chefe do Poder Executivo poderá dar início à execução dos seus planos. Passa-se, então, das atividades de estimação da receita e da fixação da despesa (proposta orçamentária) às atividades de realização da receita e da despesa (execução orçamentária)”*. A seguir, transcreve-se o artigo 22 da Lei n.º 4.320/64 para que haja melhor entendimento:

“Artigo 22 - A proposta orçamentária, que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo nos prazos estabelecidos nas Constituições e nas Leis Orgânicas dos Municípios, compor-se-á:

I - Mensagem, que conterá exposição circunstanciada da situação econômico-financeira, documentada com demonstração dívida fundada e flutuante, saldos de créditos especiais, restos a pagar e outros compromissos financeiros exigíveis. Exposição e justificação da política econômico-financeira do Governo, justificação da receita e despesa, particularmente no tocante ao orçamento de capital.

II - Projeto de Lei de Orçamento.

III - Tabelas explicativas das quais, além das estimativas de receita e despesa, constarão, em colunas distintas e para fins de comparação:

- a) a receita arrecadada nos três últimos exercícios anteriores àquele em que se elaborou a proposta;*
- b) a receita prevista para o exercício em que se elabora a proposta;*
- c) a receita prevista para o exercício a que se refere à proposta;*
- d) a despesa realizada no exercício imediatamente anterior;*
- e) a despesa fixada para o exercício em que se elabora a proposta; e*
- f) a despesa prevista para o exercício a que se refere à proposta.*

IV - Especificação dos programas especiais de trabalho custeados por dotações globais, em termos de metas visadas, decompostas em estimativas do custo das obras a realizar e dos serviços a prestar, acompanhadas de justificação econômica, financeira, social e administrativa.

Parágrafo Único - Constará da proposta orçamentária, para cada unidade administrativa, descrição sucinta de suas principais finalidades, com a indicação da respectiva legislação”.

A execução do orçamento é, por sua vez, o *“ato de fazer cumprir o orçamento ou previsão”*. (Sá, 1990: 189). Neste caso, o propósito do orçamento se materializa na previsão, enumeração, avaliação e confrontação, para um determinado período futuro, entre as receitas e as despesas. É na execução que ficam determinadas as variações ocorridas entre os fatos previstos e os fatos realizados.

Piscitelli (1992) diz que a receita pública se caracteriza pelo ingresso de recursos financeiros que refletem um aumento das disponibilidades. O Estado tem o direito

de arrecadação garantido por lei e, segundo Cruz (1988: 49), a origem parlamentar de tal garantia significa a concordância prévia da população em transferir estes recursos. Estas receitas podem ser obtidas de forma compulsória (sem contrapartida por parte do Estado) ou não (em contrapartida ao fornecimento de bens ou prestação de serviços pelo Estado).

Quadro 3.1 – Divisão entre receitas correntes e receitas de capital.

RECEITAS CORRENTES	RECEITAS DE CAPITAL
TRIBUTÁRIA: Oriunda da cobrança de tributos. Ex.: Impostos (IPTU); taxas etc.	OPERAÇÃO DE CRÉDITO: Proveniente de empréstimos de longo prazo. Ex.: empréstimo do Banco do Brasil.
DE CONTRIBUIÇÕES: Advinda das contribuições compulsórias. Ex.: salário-educação.	ALIENAÇÃO DE BENS: Oriunda da venda de bens e direitos no mercado. Ex.: alienação de terrenos.
PATRIMONIAL: Fundos procedentes da aplicação de ativos. Ex.: aluguel de imóvel.	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS: Advinda da amortização de empréstimos concedidos à terceiros. Ex.: retorno de valores emprestados anteriormente à outras entidades públicas.
AGROPECUÁRIA: Originária da exploração junto ao setor primário. Ex.: receita de produção vegetal derivado de laboratório de pesquisa.	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL: Recursos recebidos de outras entidades. Ex.: transferência intergovernamental: participação na receita dos Estados.
INDUSTRIAL: Proveniente da exploração de atividades industriais. Ex.: receita da indústria de construção de lajotas.	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL: Receitas que não se enquadram nas categorias citas. Ex.: indenizações.
DE SERVIÇOS: Oriunda da prestação de serviços. Ex.: serviços hospitalares.	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES: Recursos recebidos de outras entidades. Ex.: transf. intergovernamentais (cota-parte FPM)	
OUTRAS REC. CORRENTES: Receitas não enquadradas nas categorias citadas. Ex.: multas e juros de mora.	

O recolhimento de bens aos cofres públicos é classificado, inicialmente, em dois grupos: a receita orçamentária e a extra-orçamentária. Aquela, é a que integra o

orçamento público; é estruturada de acordo com o Anexo 3 da Lei Federal n.º 4.320/64 e se subdivide em ‘categorias econômicas’: receitas correntes e receitas de capital. O quadro acima exemplifica as subdivisões até o nível de fonte.

Já a receita extra-orçamentária é aquela que não está integrada ao orçamento público, ou seja, o órgão público é apenas um depositário desses valores que, mais tarde, deverão ser transferidos a quem de direito. Angélico (1994: 46) complementa dizendo: *“É verdade que o dinheiro recebido, a título de receita extra-orçamentária, soma-se às disponibilidades financeiras mas, em contrapartida, constitui um passivo exigível e, como tal, será restituído quando, de direito, for reclamado”*. Entretanto, este recurso transitoriamente disponível pode vir, em alguns casos, a integralizar-se de maneira definitiva ao patrimônio: salários não reclamados, dívidas perdoadas etc. Modernamente o gestor não deve esperar por reclamações de quem de direito e sim antecipar repassando, na data correta, o recurso extra-orçamentário.

Quando uma receita extra-orçamentária for incorporada definitivamente ao patrimônio, deverá ser classificada como receita orçamentária extraíndo-se, inclusive, o documento caracterizador da arrecadação.

Quanto à despesa pública, Cruz (1988: 71) diz que *“é todo e qualquer pagamento efetuado pelos agentes pagadores do Estado”*. Silva (1996: 100) pormenoriza: *“Constituem despesa todos os desembolsos efetuados pelo Estado no atendimento dos serviços e encargos assumidos no interesse geral da comunidade, nos termos da Constituição, das leis, ou em decorrência de contratos ou outros instrumentos”*. Sabe-se que no Brasil, por utilizar-se o regime de competência para a despesa, o que caracteriza a mesma é o empenho e não o pagamento como ocorre na maioria dos demais países.

As despesas também são divididas em categorias, a saber: econômica, funcional-programática e orgânica. A despesa orçamentária não pode se realizar sem crédito orçamentário correspondente; a extra-orçamentária, não depende de autorização legislativa e portanto é feita à margem da lei orçamentária. Quanto aos aspectos legais, a estrutura da despesa orçamentária obedece, no tocante às ‘categorias econômicas’, ao Anexo 4 da Lei n.º 4.320/64. O quadro abaixo demonstra a subdivisão da despesa orçamentária a nível de grupo de despesa:

Quadro 3.2 – Divisão entre despesas correntes e despesas de capital.

DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS: Despesas com pessoas integrantes dos quadros do serviço público. Ex.: pessoal estatutário, obrigações patronais etc.	INVESTIMENTOS: Dotações para o planejamento e a execução de obras, aquisições de equipamentos, etc. Ex.: obras e instalações.
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA INTERNA: Despesas referentes a operações de crédito extremas contratadas. Ex.: títulos mobiliários.	INVERSÕES FINANCEIRAS: Dotações para aquisições de imóveis ou bens de capital já sendo utilizados. Ex.: aquisição de prédio já em uso.
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA EXTERNA: Despesas referentes a operações de crédito extremas contratadas. Ex.: juros sobre a dívida por contrato.	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA: Pagamento do principal e da correção monetária ref. operações de crédito internas contratadas. Ex.: principal da dívida mobiliária.
OUTRAS DESPESAS CORRENTES: Outras despesas que não se enquadram nos grupos anteriores. Ex.: sentenças judiciais.	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA: Pagamento do principal e da correção monetária ref. operações de crédito externas contratadas. Ex.: principal da dívida por contrato.
	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL: Outras despesas que não se enquadram nos grupos anteriores. Ex.: indenizações.

A administração pública, responsável pelo orçamento público, funciona através dos órgãos do Estado e suas ações devem visar o alcance dos objetivos definidos no plano de trabalho do governo. Assim, ela está inserida em todos os Poderes (Legislativo, Executivo, Judiciário) de todas as esferas (União, Estados, DF e Municípios). Conforme Kohama (1989: 25), *“Administração Pública é todo o aparelhamento do Estado, preordenado à realização de seus serviços, visando a satisfação das necessidades coletivas”*. Em suma, a administração exerce os serviços públicos visando um equilíbrio entre as receitas e as despesas, pressupondo o atendimento das vontades da população. Divide-se da seguinte forma:

a) Administração Direta ou Centralizada: de acordo com o inciso I, do artigo 4º do Decreto-lei n.º 200-67, a Administração Direta se constitui dos serviços integrados, a nível Federal, na estrutura administrativa da Presidência da República e dos Ministérios. No Estado esta estrutura é representada pelo Gabinete do Governador e Secretarias de Estado e, no município, pelo Gabinete do Prefeito e Secretarias Municipais. Esta administração se encontra ligada, na estrutura organizacional, diretamente ao Poder

Executivo;

b) Administração Indireta ou Descentralizada: conforme o inciso II, do artigo 4º do mesmo decreto-lei, a Administração Indireta compreende certas categorias de entidades, dotadas de personalidade jurídica própria. São as autarquias, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as fundações públicas. Esta administração exerce as atividades caracterizadas como serviço público ou de interesse público através de entidades criadas pelo Estado (ou de criação por ele autorizada).

Em concordância com as definições dadas pelo artigo 5º do Decreto-lei n.º 200-67, as categorias de entidades são:

- autarquia: é o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios para executar atividades típicas da Administração Pública. À ela, segundo Kohama (1989: 32-34), *“só deve ser outorgado serviço público típico e não atividades industriais ou econômicas, ainda que de interesse coletivo”*. Exemplos: autarquia econômica: Caixas Econômicas; autarquia profissional: Conselho Federal de Contabilidade etc.;

- empresa pública: é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e capital exclusivo da União, criada por lei para a exploração da atividade econômica que o governo, por motivo de contingência ou conveniência, seja levado a realizar; se reveste na forma de sociedade por ações mas pertence à União. Suas atividades são regidas pelas normas comerciais mas, sendo um empresa estatal por natureza, é controlada pelo poder público. Exemplos: Empresa Brasileira dos Correios e Telégrafos; Casa da Moeda do Brasil etc.;

- sociedade de economia mista: é também uma entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado e criada por lei para explorar atividade econômica, só que sob a forma de sociedade anônima cujas ações com direito a voto sejam, em sua maioria, da União; está sujeita à Lei das Sociedades por Ações, nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (art. 235). Kohama (1989: 38) diz que *“a sociedade de economia mista deve realizar atividades de utilidade pública, de natureza técnica, industrial ou econômica, outorgada pelo Estado a uma organização empresarial privada (...)”*.

Exemplos: Petrobrás (Petróleo Brasileiro S.A.); Banco do Brasil S.A. etc.;

- fundação pública: é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada por autorização legislativa para desenvolver atividades que não exijam execução por órgãos ou entidades do direito público. Recebe recursos do Estado para prestar serviços de utilidade pública, sem perder sua característica privada. Exemplos: FUNAI – Fundação Nacional do Índio; FUNABEM – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor etc.

Apesar das divisões entre categorias de entidades, e levando em conta as devidas peculiaridade, seus orçamentos e seus balanços submeter-se-ão aos mesmos padrões e normas contábeis impostos à administração direta (Jacintho, 1989: 41). Atualmente as sociedades de economia mista vêem-se na necessidade de atender a uma dualidade vez que, além da Lei 6.404/76 já citada, são insistentemente obrigadas a elaborar balanços na estrutura típica da Lei 4.320/64.

Em síntese, a administração pública se desenvolve em dois níveis; neles, estão classificados todos os órgãos e entidades governamentais responsáveis pelo funcionamento da gestão pública.

Certamente, todos os assuntos relacionados ao orçamento do governo precisam obedecer uma estrutura organizacional ‘consciente e racional’ que permita o bom funcionamento do sistema orçamentário. Esta estrutura está representada, atualmente, por algumas formas de classificação, descritas a seguir.

3.1.1.1 Classificação Institucional.

A classificação institucional caracteriza e agrupa as despesas de acordo com as instituições que têm autorização para realizá-las. Assim, a classificação é feita entre as entidades e órgãos da administração pública, diretas ou indiretas.

É utilizado um código composto por 5 dígitos para a classificação da despesa nesta forma institucional. Entretanto cabe ressaltar que as classificações (tanto a institucional quanto as demais) não são inflexíveis e permitem opções quanto à codificação,

entre as esferas de governo. Como exemplo desta classificação temos, a nível Federal (segundo a Lei n.º 4.320/64):

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO
44000	Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal.
44201	– Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
44901	– Fundo Nacional do Meio Ambiente.

No caso da esfera estadual, a disposição das opções é:

1900	Secretaria da Fazenda
1901	Gabinete do Secretário
1902	Secretaria da Fazenda

Já no caso municipal, a estrutura é assim identificada:

00.00	Câmara Municipal de Florianópolis
00.01	Gabinete do Prefeito
00.02	Secretaria de Administração
00.03	Secretaria do Estreito, Transportes e Obras

3.1.1.2 Classificação Funcional-Programática.

Considerada a mais moderna das classificações orçamentárias conforme muitos autores, mostra onde e como o governo tenciona aplicar os recursos arrecadados. Assim, esta classificação (ao contrário das demais) estabelece relação entre planejamento e orçamento, fornecendo informações mais detalhadas sobre as programações do governo.

São quatro os níveis de agregação de objetivos da classificação funcional-programática (conforme a Lei n.º 4.320/64):

a) função: representa o maior nível de agregação das ações do governo nos diversos setores. Se caracteriza pelos objetivos buscados pelo governo em cada área de atuação. O critério usado para a divisão entre áreas se deu por convenção. Conforme Kohama (1989: 104), *“deve-se entender por programa os instrumentos através dos quais se fixam propósitos organicamente articulados para o cumprimento das funções, e a cada programa corresponde um produto final ou certos produtos finais a alcançar com os meios disponíveis no período considerado”*;

b) programa: de acordo com Silva (1996: 110),

“os programas correspondem ao desdobramento das funções de governo, através dos quais se faz a ligação entre os planos de longo e médio prazos aos orçamentos plurianuais e anuais, representando os meios e instrumentos de ação organicamente articulados para alcançar objetivos concretos”.

Em suma, o programa é um desdobramento das funções e representa os meios através dos quais se alcança os objetivos;

c) subprograma: desdobramento dos programas, representa os objetivos parciais do ideal pretendido. Segundo Kohama (1989: 104), *“(...) entende-se por subprogramas os instrumentos através dos quais se fixam propósitos organicamente articulados para o cumprimento das funções, e a cada subprograma pode corresponder um produto final parcial”*;

d) projeto/atividade: o projeto é um instrumento para alcançar os objetivos, envolvendo operações limitadas no tempo e um produto final que expande e/ou aperfeiçoa a ação do governo, ao passo que a atividade envolve operações contínuas e permanentes que concorrem para a manutenção do governo. O projeto/atividade é identificado como ‘categoria de programa’.

Este trabalho está diretamente relacionado à função 13 desta classificação, como mostra o exemplo abaixo (conforme a Lei n.º 4.320/64):

13 Saúde e Saneamento

75 Saúde

- 427x Alimentação e Nutrição
- 428x Assistência Médica e Sanitária
- 429x Controle das Doenças Transmissíveis
- 430x Vigilância Sanitária
- 431x Produtos Profiláticos e Terapêuticos
- 432x Saúde Materno-Infantil

76 Saneamento

- 447x Abastecimento d'Água
- 448x Saneamento Geral
- 449x Sistemas de Esgotos

77 Proteção ao Meio Ambiente

- 455x Defesa Contra a Erosão
- 456x Controle da Poluição
- 457x Defesa Contra as Secas
- 458x Defesa Contra as Inundações
- 459x Recuperação de Terras (grifo nosso)

Para um detalhamento maior, cita-se Tristão (1988: 125 – 127):

“Função: 13 Saúde e Saneamento.

Corresponde ao nível máximo de agregação das ações desenvolvidas para a consecução dos objetivos de Governo que visam a melhoria do nível de saúde da população, bem como, preservação, controle e uso adequado dos elementos naturais.

(...)

Programa: 77 Proteção ao Meio Ambiente.

Conjunto de ações desenvolvidas para a proteção dos recursos naturais e controle da poluição ambiental”.

No código, as representações ficariam assim: 13 – função; 77 – programa; 455 – subprograma; e x – projeto ou atividade. A incógnita x do código, como visto, caracteriza o projeto/atividade. Desta maneira, ela se apresentará com os números 1,3,5 ou

7 quando o que se seguir ao subprograma for um projeto, ou com os números 2,4,6 ou 8 quando for uma atividade. Estes números identificam a região onde ocorre a utilização do código. A legislação diferencia projeto de atividade do seguinte modo: projeto - é um instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa, das quais resulta um produto final que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do governo; atividade - é um instrumento para alcançar os objetivos de um programa, envolvendo um conjunto de operações, que se realizam de modo contínuo e permanente, necessários à manutenção e operação das ações governamentais.

A flexibilidade é uma das características da classificação funcional-programática. Assim, como visto, dentro de um determinado programa existem os subprogramas estabelecidos como típicos, como no caso do subprograma 456x – controle da poluição, pertencente ao programa 77 – proteção ao meio ambiente. Entretanto, pode haver conexão entre programa e subprograma de forma atípica. Exemplo: o programa 75 – saúde, conectado com o subprograma 240x – restaurante universitário. Tal flexibilidade permite o ajuste da classificação da despesa à diversas funções diferentes.

3.1.1.3 Classificação Econômica.

Como mencionado anteriormente, as receitas e despesas orçamentárias são classificadas conforme versam os anexos 3 e 4 da Lei Federal n.º 4.320/64. Especificamente para as receitas, os desdobramentos segundo o critério da categoria econômica ocorrem da seguinte forma: 1º dígito: categoria econômica; 2º dígito: fonte (subcategoria econômica); 3º dígito: subfonte; 4º dígito: rubrica; 5º dígito: sub-rubrica; 6º dígito: alínea; 7º e 8º dígitos: sub-alíneas. Exemplo: o código 2412.00.00 representa:

- 1º dígito: Receitas de Capital;
- 2º dígito: Transferências de Capital;
- 3º dígito: Transferências Intragovernamentais;
- 4º dígito: Transferências dos Estados.

Uma breve análise na classificação da receita nos permite observar que as subdivisões representam aspectos relacionados: à natureza (receita orçamentária ou extra-orçamentária), ao poder de tributar (nível Federal, Estadual ou Municipal) , à coercitividade

(fontes compulsórias ou não), à afetação patrimonial (receitas correntes ou de capital) e à regularidade (ordinárias ou extraordinárias) (Silva, 1996: 86-89).

Já quanto às despesas, a categoria econômica é assim desdobrada: 1º dígito: categoria econômica; 2º dígito: grupo de despesa; 3º e 4º dígitos: modalidade de aplicação; 5º e 6º dígitos: elemento de despesa. Exemplo: o código 3.1.1.1 caracteriza:

1º dígito: Despesas Correntes;

2º dígito: Despesas de Custeio;

3º dígito: Pessoal;

4º dígito: Pessoal Civil.

3.1.1.4 Classificação das Fontes de Recursos.

Esta classificação também é identificada por um código numérico que serve para mostrar a procedência do recurso auferido pelo Estado. Giacomoni (1996: 128-129) diz que, inicialmente, esta classificação é dividida em quatro grupos, a saber:

a) Recursos do Tesouro: *“Compreende os impostos, as taxas, as contribuições parafiscais, os recursos de operações de crédito, a receita de alienação patrimonial etc”*. São os recursos diretamente arrecadados e se constituem na principal fonte;

b) Recursos de Outras Fontes: *“Envolve os vários tipos de receitas próprias dos fundos e das entidades federais dotadas de autonomia financeira (...)”*;

c) Transferências de Recursos do Tesouro: *“São as receitas das entidades descentralizadas oriundas de transferências do Tesouro”*;

d) Transferências de Recursos de Outras Fontes: São *“(...) as receitas das entidades descentralizadas derivadas das transferências”*.

Mais adiante o autor afirma que, com a utilização do SIAFI, as transferências tendem a sumir, em face da unificação dos recursos de caixa e da programação e execução financeiras integradas. Seus dois únicos dígitos indicam a fonte de recurso, conforme a Lei n.º 4.320/64:

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO
00	Recursos do Tesouro – Recursos Ordinários.
02	Recursos do Tesouro – IPVA Municipal.
05	Recursos do Tesouro – Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal.

3.2 Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.

3.2.1 Histórico.

O Governo Federal sofria com vários problemas quanto à administração de seus recursos financeiros. Segundo Pering (1997: 12-13), os problemas mais relevantes podem ser listados da seguinte maneira:

- os registros contábeis eram feitos manualmente: isto ocasionava erros de contabilização e perdas de informações devido à falta de controle adequado;
- inaccessibilidade às técnicas modernas de administração financeira: o tempo gasto na contabilização era demasiado impedindo as ações de planejamento e o desenvolvimento das técnicas administrativas;
- atrasos na elaboração das demonstrações contábeis: a defasagem de tempo entre o encerramento das contas e a elaboração dos demonstrativos tornava as informações inválidas para fins de uso gerencial;
- falta de normalização e padronização: falta de padronização e interpretações subjetivas acarretavam erros nas tomadas de decisões;
- falta de integração entre os sistemas de informações: a desintegração ocasionava retrabalhos e, conseqüentemente, desperdício de tempo e aumento nos custos;
- existência de muitas contas-correntes bancárias: dificultava a administração do caixa.

Assim, em 1987, o orçamento passou a ser unificado por um sistema integrado de administração financeira, o SIAFI.

3.2.2 Conceito.

O SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, é um sistema informatizado que se constitui no instrumento de administração financeira e orçamentária da União, oferecendo mecanismos apropriados à realização e ao controle da execução do plano de governo. Conforme Pering (1997: 14-15),

“trata-se de um sistema de acompanhamento das atividades relacionadas com a administração financeira dos recursos da União, o qual centraliza e uniformiza o processamento da execução orçamentária (...); a centralização do processamento não introduz qualquer rigidez ou restrição à realização da despesa pelos gestores (...).”

Através do SIAFI, a contabilidade pode ser mais útil às decisões gerenciais, já que os problemas citados anteriormente são contornados. Em suma, este sistema busca um melhor controle sobre os recursos da União. Sua abrangência envolve todos os órgãos da administração direta e indireta.

3.2.3 Objetivos.

De acordo com o site <http://www.stn.fazenda.gov.br/SIAFI> mantido pelo Ministério da Fazenda, alguns objetivos do SIAFI podem ser listados da seguinte maneira:

- *“simplificar e uniformizar a execução orçamentária, financeira, patrimonial, e contábil”*: esta simplificação permite a eficiência e a eficácia do trabalho de execução, além de reduzir tempo e custos;
- *“dar maior transparência aos gastos públicos”*: além do controle exercido internamente, os contribuintes também podem ter acesso a dados sobre a receita e a despesa do Governo. Este acesso é mais detalhado num capítulo subsequente deste trabalho (4 – Divulgação de Informações);
- *“dotar a administração pública de mecanismos de modernização”*: quanto mais

modernos os mecanismos mais otimizados são os recursos financeiros, já que os gestores estarão de posse de várias informações úteis ao gerenciamento;

- *“integrar e compatibilizar as informações disponíveis nos diversos órgãos”*: a integração possibilita a padronização que reduz as interpretações subjetivas. Consequentemente, reduzem-se os erros nas tomadas de decisões.
- *“eliminar defasagens na escrituração contábil e das inconsistências de dados”*: tornar a contabilidade fonte útil e segura de informações.

3.2.4 Funções.

Pering (1997: 16–20) lista algumas funções do SIAFI que podem ser resumidas da seguinte maneira: a) permitir comunicação via terminal entre as Unidades Gestoras; b) registrar e controlar os saldos bancários de todas as Unidades; c) efetuar recolhimentos por DARF ao Tesouro sem que os recursos passem pelos bancos; d) permitir o acompanhamento do cronograma de desembolsos dos recursos financeiros de cada Unidade; e) compor tabelas, cadastros e diversas funções de gerenciamento contábil; f) compor as funções das execuções orçamentária e financeira; g) servir de fonte de informações integradas a todas as Unidades; entre outros.

3.3 Gastos Orçamentários.

Os gastos orçamentários do governo estão relacionados às despesas incorridas para a execução do orçamento. A seguir, serão comentadas as transferências de recursos e o volume das despesas no programa 77 – proteção ao meio ambiente.

3.3.1 Política de Transferências Orçamentárias.

A política de transferências orçamentárias está ligada, basicamente, à questão dos repasses de recursos de uma unidade orçamentária para outra. Pode-se citar

como exemplo o Fundo de Participação dos Estados onde, dos recursos líquidos para rateio, cada entidade participante (Estado) tem direito a receber uma parcela. Assim, a passagem dos recursos da unidade administrativa central para cada entidade participante representa uma forma de transferência orçamentária.

3.3.1.1 Descentralização de Créditos.

De acordo com Piscitelli (1992: 202), *“os créditos orçamentários podem ser descentralizados. A descentralização é a transferência, por uma unidade orçamentária ou administrativa para outra unidade, do poder de utilizar os créditos que lhe foram dotados ou que tenham sido transferidos”*. Em suma, as transferências de recursos são descentralizações financeiras entre unidades gestoras do sistema. Mais adiante, o mesmo autor diz que as transferências, através de cota, repasse e sub-repasse, serão efetuadas pelo SIAFI após autorização.

3.3.1.1.1 Cota.

A cota representa a primeira movimentação dos recursos. É liberada de acordo com o cronograma de desembolso de cada Órgão. Assim, a cota recebida por uma unidade pode ser transferida para uma outra através do repasse.

3.3.1.1.2 Repasse.

Segundo o Decreto n.º 825/93, repasse *“é a liberação de recursos do Órgão Setorial de Programação Financeira para entidades da Administração Indireta, e entre elas”*.

Em síntese, o repasse é uma transferência entre órgãos.

3.3.1.1.3 Sub-repasse.

O sub-repasse é a transferência financeira entre unidades no âmbito de um mesmo órgão.

3.3.2 Ações Governamentais Oficiais de Proteção ao Meio Ambiente.

3.3.2.1 Volume das Despesas no Programa 77 - Proteção ao Meio Ambiente.

No **Anexo III** são apresentados quadros que contém o volume das despesas no programa 77. Os quadros estão dispostos da seguinte maneira: por ano (1996, 1997 e 1998) e por função. Foi feito um desdobramento da função 13 – saúde e saneamento, com o objetivo de detalhar o programa 77 – proteção ao meio ambiente.

A leitura destes quadros nos permite fazer algumas colocações. Primeiramente, percebe-se o comportamento entre os valores orçados e os liquidados. A variação, dentro da função 13 – saúde e saneamento especificamente, demonstra que nos três anos abrangidos por esta pesquisa, os valores liquidados são sempre inferiores aos orçados. Atenção especial pode ser dada ao ano de 1998 onde esta diferença mostrou-se mais acentuada.

Uma comparação entre o total de recursos aplicados nos programas 75 e 76 (saúde e saneamento, respectivamente) e o total aplicado na proteção ao meio ambiente mostra que há uma diferença de valores bastante acentuada. Isto demonstra o fato de que o governo destinou mais verbas para as áreas de saúde e saneamento do que para a proteção do meio. Dos totais liquidados dos quadros esta é a proporção que se apresenta nos três anos analisados: 1996: 0,76% do total dos recursos da função 13 são destinados à proteção do meio ambiente, 1997: 0,67% e 1998: 0,21%. Verificando o comportamento no período 1996 - 1998, vê-se que esta proteção tem recebido verbas cada vez mais reduzidas. Uma análise entre a função 13 e as demais funções da classificação funcional-programática mostra que, dos totais liquidados, tal função vem respondendo cada vez menos pelos recursos totais gastos pelo governo.

Não foi feito um estudo aprofundado que determinasse que a quantia

gasta pelo governo é suficiente ou não para atender as necessidades deste setor. Mas vê-se, através dos vários canais de comunicação, que faltam recursos para a manutenção do setor ambiental. A função 03 – administração e planejamento, destaca-se pelo volume de despesa que vem abrangendo: 50,72% em 1996, 58,41% em 1997 e 70,13% em 1998. Assim, talvez seja necessária uma reformulação da divisão dos recursos entre as diversas áreas para que os gastos não se concentrem demasiadamente numa função levando ao prejuízo de outras. Mas a discussão dos ‘porquês’ desta forma de distribuição dos recursos não será comentada neste trabalho devido ao fato da amplitude do objeto, já que este aspecto da distribuição leva em consideração todos os assuntos relacionados à administração do país: aspectos sociais, econômicos, políticos etc.

As fontes utilizadas para a elaboração deste trabalho monográfico não foram suficientes para que se conseguisse ver, com bom nível de detalhamento, o volume repassado às ONGs ambientalistas pelo governo. Assim, não se conseguiu definir quais são as aplicações diretas e quais são as aplicações indiretas do governo na proteção ambiental. Entretanto, sabe-se que existe um fundo nacional para o meio ambiente (FNMA) de apoio a projetos e que, do seu montante, uma porcentagem considerável (em torno de 50%) é repassada às organizações não-governamentais de defesa do meio ambiente. O restante do fundo é dividido entre as esferas federal, estadual e municipal sob critérios já estabelecidos. Não é intenção aqui detalhar o funcionamento deste fundo.

4 DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES.

No tocante ao tema deste trabalho, sabe-se que a atuação da contabilidade na administração pública envolve desde as áreas de previsão até as de execução orçamentárias. Isto demonstra que ela está presente em todo o processo administrativo das entidades públicas, além de relacionar o governo com o desenvolvimento das questões ambientais.

Este envolvimento da contabilidade na administração pública é divulgado de diversas formas. A seguir, serão comentadas algumas formas de divulgação de dados.

4.1 Demonstrações Contábeis.

Anualmente são elaborados balanços gerais que demonstram a situação das entidades e órgãos governamentais. Além disso, também é feita a Demonstração das Variações Patrimoniais. O balanço patrimonial é o único que se apresenta como estático; os demais, também chamados de dinâmicos, são demonstrativos que mostram a evolução financeira e econômica num período de tempo.

A seguir será dada uma abordagem compendiosa de cada demonstrativo.

4.1.1 Balanço Orçamentário

Este balanço demonstra o confronto entre as receitas previstas e as despesas fixadas com as efetivamente realizadas. Segundo Silva (1996: 282), *“o balanço orçamentário deverá mostrar com clareza a política seguida pelos governantes na distribuição dos gastos pelas funções do governo (...)”*. Desta forma este demonstrativo serve à população como fonte de informação sobre onde o governo emprega o dinheiro.

4.1.2 Balanço Financeiro.

É o movimento de caixa no período, salientando os saldos que se transferem de exercício. Este balanço mostra as receitas e despesas, orçamentárias e extra-orçamentárias, realizadas. Segundo Piscitelli (1992: 268 - 269), na coluna da receita estão demonstrados *“os totais da receita orçamentária por categorias econômicas e suas subdivisões, os totais da receita extra-orçamentária e os saldos provenientes do exercício anterior (disponíveis)”*; e na coluna da despesa, *“os totais da despesa orçamentária por funções, os totais da despesa extra-orçamentária e os saldos para o exercício seguinte (disponíveis)”*. Assim, da mesma forma que o balanço patrimonial, o balanço financeiro é fonte de dados sobre os gastos governamentais.

4.1.3 Balanço Patrimonial.

Como dito anteriormente, o balanço patrimonial é uma demonstração estática, ou seja, representa a situação da entidade em dado momento no tempo. Compreende as contas do Ativo, do Passivo e do Patrimônio.

Ativo e Passivo dividem-se em financeiro e permanente. Segundo Silva (1996), a parte das contas classificadas como ‘financeiras’ independem de autorização orçamentária, ao passo que as classificadas como ‘permanentes’ dependem de autorização legislativa para serem mobilizadas.

4.1.4 Demonstração das Variações Patrimoniais.

Este demonstrativo mostra as alterações sofridas pelo Patrimônio devido ou não à execução orçamentária, durante um período de tempo, e apura o resultado patrimonial. Nestas alterações ficam evidenciadas as superveniências e insubsistências ativas e passivas, que representam:

- superveniência ativa: aumento do ativo;

- superveniência passiva: aumento do passivo;
- insubsistência ativa: diminuição do passivo;
- insubsistência passiva: diminuição do ativo.

Segundo o Anexo 15 da Lei n.º 4.320/64, além destas variações existem ainda as mutações patrimoniais (receita e despesa) e as variações resultantes da execução orçamentária.

4.1.5 Balanço Social.

Conforme Perottoni e Cunha (1997: 14),

“(...) Balanço Social é um conjunto de informações econômicas e sociais, que tem como objetivo a divulgação de informações sobre o desempenho econômico e financeiro das empresas e sua atuação em benefício da sociedade. Busca colocar a comunidade a par da política social da entidade, pela divulgação de informações das mais variadas”.

Kroetz (1998: 43) complementa dizendo que *“(...) acredita-se ser o Balanço Social uma demonstração que venha suprir uma lacuna no que concerne à divulgação de informações sociais, ecológicas e gestoriais das entidades em questão”*, públicas e/ou privadas. Dentre as informações fornecidas pelo balanço social, existem as que se relacionam com a política de proteção ao meio ambiente. Isto porque atualmente, com a conscientização das pessoas quanto à importância do assunto, as organizações precisam demonstrar mais claramente suas ações e assumir suas responsabilidades perante a sociedade. As pessoas tem buscado saber se as entidades obtêm lucros às custas da qualidade do meio ambiente (da poluição das águas, dos desmatamentos, da morte e extinção dos animais etc.), permitindo-se o direito de optar entre os organismos poluidores e os ecologicamente corretos.

Ao governo caberiam então duas ações básicas: utilizar-se ele próprio desta demonstração contábil, obrigando as empresas públicas de modo geral a adotar tal mecanismo, e obrigando também as empresas privadas a publicarem o balanço social. Em 1997, o Projeto de Lei nº 3.116-97 encontrava-se em estudo no Congresso Nacional, e

dizia respeito justamente a esta posição do governo diante das entidades.

Para Kroetz (1998: 50),

“os governos federal, estaduais, do Distrito Federal e municipais têm a obrigação moral e ética de publicar todos esses dados, pois são componentes integrantes do sistema social, formando isoladamente microssociedades e influenciando diretamente na composição dos recursos sociais. Dessa forma, o Balanço Social parece ser a demonstração dos sonhos dos cidadãos, que anseiam por maior transparência nas ações governamentais”.

Em suma, o Balanço Social é um instrumento através do qual a sociedade poderá ter acesso e avaliar a ação do governo quanto ao uso e ao gerenciamento dos recursos naturais disponíveis, assim como de sua proteção e manutenção.

4.2 Divulgação Via Computador.

Através de um computador conectado a Rede Internet, também se pode ter acesso a dados relativos ao governo e ao meio ambiente.

De posse dos endereços — que podem ser conseguidos através de vários instrumentos de busca com palavras-chaves — consegue-se pesquisar as páginas mantidas pelos órgãos do governo, pelas entidades não-governamentais, ou por pessoas independentes.

A seguir, é apresentado um esquema exemplificativo sobre a pesquisa via computador:

- 1º passo: conectar-se à Rede Internet através do micro computador;
- 2º passo: digitar, no campo especificado, o endereço que se quer acessar. Ex.: <http://www.pv.org.br>;
- 3º passo: aguardar a conexão e, após o estabelecimento da mesma, navegar através dos links buscando as informações. Ex.: pesquisa na página do Partido Verde.

Caso não se tenha posse de nenhum endereço específico, pode-se usar algum ‘instrumento de busca’ disponível na Rede. Neste caso, o procedimento é um pouco diferente:

- 1º passo: conectar-se à Rede Internet através do micro computador;

- 2º passo: digitar, no campo especificado, o endereço de algum instrumento de busca. Ex.: www.altavista.digital.com;
- 3º passo: aguardar a conexão e, após o estabelecimento da mesma, digitar no campo especificado a palavra-chave relacionada ao assunto desejado. Ex.: meio ambiente;
- 4º passo: escolher, na lista apresentada pelo instrumento de busca, o assunto desejado e o seu respectivo endereço. Ex.: Educação Ambiental – Projeto Larus, <http://www.ufsc.br/prolarus/larus.html>;
- 5º passo: aguardar nova conexão e, após o estabelecimento da mesma, navegar pelos links buscando as informações.

4.2.1 Principais Sites na Internet.

Dentre os vários endereços pesquisados para a elaboração deste trabalho, estão listados os principais nos Anexos I e II.

O **Anexo I** compreende os Sites Governamentais, organizados entre: Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e Ministério Público Federal. O **Anexo II** abrange os Sites Não-Governamentais, dispostos em ordem alfabética.

O Instituto Ambiental Vidágua é a fonte de onde foi retirada a lista de sites. Algumas modificações de ordem estética foram feitas, além de terem sido supridos alguns endereços considerados, pessoalmente, dispensáveis para este trabalho. A listagem pode ser vista, na íntegra, através do seguinte endereço na Internet: <http://home.techno.com.br/vidagua>.

4.3 Outras Fontes de Informações.

Além das demonstrações contábeis e da Internet (via computador) consegue-se informações sobre os gastos governamentais no Diário Oficial da União, publicado mensalmente pelo Governo Federal.

Nos jornais publicitários também se encontram dados referentes ao governo e sua relação com o meio ambiente.

CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

A elaboração deste trabalho monográfico nos permite fazer algumas conclusões.

Inicialmente, fez-se uma abordagem geral sobre as formas de divisão da receita e da despesa. Esta análise preliminar nos levou ao estudo da classificação funcional-programática, forma de distribuição da despesa considerada a mais moderna na opinião de diversos autores. Nesta classificação, ficou evidenciado que o governo mantém gastos constantes num programa de proteção ao meio ambiente (programa 77). Dentro deste programa, verificou-se também a existência de subdivisões — subprogramas — que identificam de maneira mais específica onde são aplicados os recursos do governo: na defesa contra a erosão, no controle da poluição, na defesa contra as secas, na defesa contra as inundações e na recuperação de terras (que podem ser consideradas ações oficiais do governo na proteção ao meio).

A identificação e tabulação do volume de despesa no programa 77 evidenciou os gastos governamentais da União relativos a preservação e proteção ao meio, no período abrangido por este trabalho: 1996 a 1998.

Mas uma análise da situação atual do tema nos levou a concluir também que o governo não atua sozinho nesta área. As ONGs têm se mostrado cada vez mais presentes e participativas, fazendo parte de um terceiro setor que atua onde os outros dois setores — público e de mercado — não têm agido de forma satisfatória. Entra então em discussão as formas de parcerias entre entidades governamentais e não-governamentais. Esta forma de relação entre instituições tão diferentes entre si vem gerando polêmicas mas também têm, em maior amplitude, se mostrado uma alternativa bastante eficiente de trabalho conjunto e conquista de bons resultados.

Mas as organizações não-governamentais, mesmo não visando lucro, necessitam de recursos financeiros para poderem manter-se e, muitas vezes, tais recursos advêm de doações privadas ou de ajudas do próprio governo.

Além disso, verificou-se, através dos quadros de gastos governamentais apresentados, que do montante utilizado pelo governo na área (função) saúde e saneamento, é relativamente pequena a disposição de recursos para o programa 77 —

proteção ao meio ambiente. Entretanto, discutir a distribuição dos valores entre as várias funções e programas assume uma amplitude infinitamente maior, pois são envolvidos muitos aspectos ligados a administração do país.

Neste âmbito, a importância da contabilidade pública ficou demonstrada quando se constatou sua utilização em muitas fases da elaboração e da execução do orçamento e, principalmente, pela característica informativa e de registro que a mesma apresenta. Assim, a análise específica de um setor pode ser auxiliada através do uso da contabilidade que fornece dados e informações, como no caso do setor ambiental apresentado neste trabalho.

Saber como e onde o governo aplica seus recursos financeiros é direito e dever de todo cidadão. É necessário, então, que as pessoas saibam da importância e da utilidade da contabilidade pública, para que possam usufruir de seus benefícios.

Em suma, as áreas da contabilidade pública são amplas e oferecem temas dos mais diversificados para pesquisa e análise. Assim, recomenda-se que estudos sobre os gastos do governo nas diversas funções, programas ou níveis mais detalhados de classificação sejam feitos, assim como o estudo dos motivos desta forma de distribuição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANGÉLICO, João. Contabilidade Pública. 8ed. São Paulo: Atlas, 1994.
- BAYMA, Fátima et al. O Privado a Serviço do Público: o Terceiro Setor e o Movimento Viva Rio. In: Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Outubro/Dezembro 1995. v29. n4. p182 – 193.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. (organizadores) Valmir A. Siqueira et al. Rio de Janeiro: Ed. Esplanada, 1997.
- BRASIL. Lei n.º 6.938, de 31 de Agosto de 1981. Rio de Janeiro: Ed. Esplanada, 1998.
- BRASIL. Cadernos Comunidade Solidária. Brasília: IPEA, 1998. v5.
- CALDERELLI, Antônio. Enciclopédia Contábil e Comercial Brasileira. São Paulo: Gomes de Souza, 1967.
- CARVALHO, Carlos G. Dicionário Jurídico do Ambiente. São Paulo: Letras & Letras, 1991.
- COMISSÃO Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Nosso Futuro Comum. 2ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- CRUZ, Flávio. Contabilidade e Movimentação Patrimonial do Setor Público. Rio de Janeiro: Ed. do autor, 1988.
- DIAS, Reinaldo. Política Ambiental e Desenvolvimento Sustentável. In: Cadernos da FACECA. Campinas: Ed. PUCCAMP, 1995. v4. n2. Julho/Dezembro.
- FELDMANN, Fábio. Guia da Ecologia. São Paulo: Abril, 1992.
- GIACOMONI, James. Orçamento Público. 6ed, rev. atual. São Paulo: Atlas, 1996.
- JACINTHO, Roque. Contabilidade Pública. São Paulo: Ática, 1989.
- KOHAMA, Heilio. Contabilidade Pública: Teoria e Prática. 2ed. São Paulo: Atlas, 1989.
- KROETZ, César E. S.. Balanço Social: Uma Demonstração da Responsabilidade Social, Ecológica e Gestorial das Entidades. In: Revista Brasileira de Contabilidade. Ed. Sede do Conselho Federal de Contabilidade, 1998. Ano 27. n 113. Setembro/Outubro.
- LAKATOS, E. M.e MARCONI, M. A Fundamentos de Metodologia Científica. 3ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 1991.
- MACHADO JR., J. A Lei 4.320 Comentada. 27ed. Rio de Janeiro: IBAM, 1996.

- PERING, Ricardo. SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal e sua Integração com Outros Sistemas Utilizados pelo Governo Federal. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis da UFSC. Florianópolis: UFSC, 1997.
- PEROTTONI, M. A. e CUNHA, A. S.. Balanço Social. In: Revista Brasileira de Contabilidade. Sede do Conselho Federal de Contabilidade, 1997. v26. n104. Março/Abril. p12-20.
- PISCITELLI, Roberto et al. Contabilidade Pública: Uma Abordagem da Administração Financeira Federal. 3ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 1992.
- ROVERE, A. L. N. L. e XAVIER, H. N. A.. A Participação das ONGs na Gestão Ambiental Urbana: Tendências Indicadas pela Consulta Nacional sobre Gestão do Saneamento e do Meio Ambiente. In: Revista de Administração Municipal. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Administração Municipal, 1995. v42. n217. Outubro/Dezembro p11-27.
- SÁ, A. Lopes e SÁ, A M. L.. Dicionário de Contabilidade. 8ed. São Paulo: Atlas, 1990.
- SANDRONI, Paulo (org. supervisão). Novo Dicionário de Economia. 6ed. São Paulo: Best Seller, 1989.
- SERVA, Maurício. O Estado e as ONGs: Uma Parceria Complexa. In: Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1997. v31. n6. Novembro/Dezembro. p41-53.
- SILVA, Lino M.. Contabilidade Governamental: Um Enfoque Administrativo. 3ed. São Paulo: Atlas, 1996.
- SOARES, José. L. Dicionário Etimológico e Circunstanciado de Biologia. São Paulo: Scipione, 1993.
- SOIBELMAN, Leib. Dicionário Geral de Direito. São Paulo: Bushatsky, 1973.
- SPINA, Nicolino (dir. superintendente) Almanaque Abril 98. São Paulo: Abril, 1998.
- TRISTÃO, Gilberto. Classificação das Contas nos Orçamentos Públicos. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1988.
- WILKEN, Edgard S.. Técnica Orçamentária e Contabilidade Pública. 8ed. Rio de Janeiro: Aurora, 1970.

ANEXO I

Fonte: Instituto Ambiental Vidágua.
Endereço na Internet: <http://home.techno.com.br/vidagua>

Sites Governamentais Federais

Poder Executivo

Presidência da República	www.mtb.gov.br
Secretaria de Assuntos Estratégicos	www.cepesc.gov.br
Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado	www.mare.gov.br
Secretaria de Política de Informática e Automação	www.mct.gov.br/sepin.htm
Ministério da Ciência e Tecnologia	www.mct.gov.br
Ministério da Cultura	www.minc.gov.br
Ministério da Educação e do Desporto	www.mec.gov.br
Ministério da Fazenda	www.fazenda.gov.br
Ministério de Minas e Energia	www.mme.gov.br
Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal	www.mma.gov.br
Ministério do Planejamento e Orçamento	www.seplan.gov.br
Ministério das Relações Exteriores	www.mre.gov.br
Ministério da Saúde	www.cgmi.ms.gov.br
Ministério do Trabalho	www.mtb.gov.br

Poder Legislativo

Senado Federal	www.senado.gov.br
Tribunal de Contas da União (TCU)	www.tcu.gov.br

Poder Judiciário

Supremo Tribunal Federal - STF	www.stf.gov.br
Superior Tribunal de Justiça – STJ	www.stj.gov.br

Ministério Público Federal

Procuradoria Geral da República - Brasília/DF	www.pgr.mpf.gov.br
Procuradoria Regional da República - 1a. Região	www.ppr1.mpf.gov.br
Procuradoria Regional da República - 2a. Região	www.info.Incc.br/prr2r//
Procuradoria Regional da República - 3a. Região	www.ci-sp.rnp.br/~prr3r
Procuradoria Regional da República - 5a. Região	www.pop.rnp.br/prr5r

ANEXO II

Fonte: Instituto Ambiental Vidágua.
Endereço na Internet: <http://home.techno.com.br/vidagua>

Sites Não-Governamentais

A

AMAZONIA ON LIFE
www.amazoniaonlife.com.br

Apremavi – Associação de Preservação do Meio Ambiente do Alto Vale do Itajaí
<Http://www.fedavi.rct-sc.br/~apremavi>

Aquariana ONG -
www.ibase.org.br/~aquariana/

Ambienternet
<http://www.angelfire.com/mt/ambienternet/>

Agenda 21 em Sinopse –
<http://www.cgi.ufmt.br:8200>

ABAPAM – Associação Barbosense de Prot. Ambiental
<http://www.geocities.com/RainForest/Vines/7630/>

ABROLHOS – Parque Nacional Marinho
<http://www.sc.linkway.com.br/abrolhos/>

Alerta – Organização Ecológica de Tatui
<http://www.asseta.com.br/alerta/>

Associação Livre para o Gerenciamento Ambiental
<http://www.alga.org.br/>

AMDA - Associação Mineira de Defesa Ambiental -
www.amda.org.br

AGIRAZUL
<http://www.agirazul.com.br>

Amigos da Terra /Ação Democrática Feminina Gaucha ADFG - Porto Alegre RS
<http://www.agirazul.com.br/adfg-at.htm>

Agricultura Brasileira Online
www.visitweb.com/agricultura

ABES – RS
<http://www.procergs.com.br/agua/welcome.html>

Abravas - Associação Brasileira de Veterinários de Animais Selvagens
www.abravas.com.br

Animais - Pesquisa Virtual
www.geocities.com/Athens/2157

ABRH - Associação Brasileira de Recursos Hídricos
www.abrh.org.br

B

Baleia Jubarte, Instituto
<http://www.cria-ativa.com.br/jubarte>

BBS Gaia - Ecologia
<http://www.virtualand.net/gaia>

Bioma - Educação Ambiental -
<http://www.mmarte.com/bioma/>

Bahai - Escritório de Meio Ambiente e Desenvolvimento - EMAD
<http://www.bahai.org.br/emad>

Banco de Dados Ambiental (UK)
<http://www.nhbs.co.uk/3e/>

C

Carta da Terra
www.earthcharter.org

Comitê Chico Mendes
<http://www.amazonlink.org/CHICO/index.htm>

Conselho Nacional do Meio Ambiente –
www.ibama.gov.br/~sconama

CNN - EARTH
<http://www.cnn.com/EARTH/index.html>

Civitas - Habitat II
<http://gcsnet.com.br/oamis/civitas/>

Cooperativa Ecológica Coolméia
<http://www.agirazul.com.br/coolmeia.htm>

CLEPEI - Comissão de Luta pela Efetivação do Parque de Itapuã
<http://www.agirazul.com.br/clepei.htm>

VII Congresso Nordestino de Ecologia -
<http://www.ufba.br/eventos/ecologia>

Ciências Sociais no Brasil - Fundação Getúlio Vargas (RJ)
<http://www.fgv.br/fgv/cpdoc/informat/csociais.htm>

C2P2 - O Centro Canadense de Prevenção à Poluição.
<http://c2p2.sarnia.com/>

Curso de Oceanografia da Faculdade de Ciências do Mar - Santa Catarina
<http://www.melim.com.br/~oceano/jornal.htm>

Campanha Revela Brasil da SOS Mata Atlântica
<http://www.yazigi.com.br/campanha.htm>

Centro de estudos e Pesquisas do Semi árido – CEMAD
<http://www.urnn.br/cemad/>

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp
www.sabesp.com.br

Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental – Cetesb
www.cetesb.br

Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica
<http://unicamp.br/nipe/rbma>

CEMPRE – Compromisso Empresarial para a Reciclagem
www.cempre.org.br

Conservation International
<http://www.bdt.org.br/bdt/cibrasil>

COM-MAM
<http://www.meioambiente.org.br/>

Câmera Animal do Discovery Channel
www.discovery.com/cams/cams/cams.html

CyberPanda - Pandas
www.cyberpanda.com

D

Departamento de Proteção Ambiental de Nova York
<http://www.ci.nyc.ny.us/html/dep/html/educatio.html>

Departamento de Meio Ambiente da Austrália
<http://www.environment.gov.au/>

E

Earth Times Europe
<http://earthtimes.org/europecirect.htm>

Earth Times Asia
<http://earthtimes.org/asiadirect.htm>

Environment Australia Onlina
www.erin.gov.au

Earth Network for Sustainable Development - A Carta da Terra
www.ecouncil.ac.cr/

Environment Canada - Órgão Canadense de Meio Ambiente.
www.doe.ca/envhome.html

Ecos da Terra –
www.agemado.com.br/virtual/liana/liana.htm

Educação Ambiental - Laboratório de Educação Ambiental da UFSC
<http://www.ethermidia.com.br/lea/>

Ecos XXI - Revista de Ecologia
<http://www.infodisc.es/ecos21/>

Ecopress - Agência de Notícias Ambientais e Jornal do Educador Ambiental
<http://www.ecopress.com/>

Educação Ambiental - Projeto de Educação Ambiental do CDCC
<http://www.cdcc.sc.usp.br/educar/biologia/principal.html>

Eco-Brasil - Associação Brasileira de Ecoturismo
<http://www.ecobrasil.org.br/ecohome2.html>

Ecobrasil -
www.ecobrasil.org.br

Ecoforça

<http://www.ecof.org.br/>

Escola do Mar - Projeto Escola do Mar, de Almir Klink.

<http://www.unicamp.br/paratii2>

EA - Projeto Larus

<http://www.ufsc.br/prolarus/larus.html>

Educação Ambiental - Rede de Centros de Ciência

<http://www.ifqsc.sc.usp.br/educar>

EALatina – Lista de discussão de Educação Ambiental

<http://www.unicamp.br/fea/ortega/ealatina/home.htm>

Educação Ambiental

<http://www.igc.org/igc/issues/educat/index.html>

Ecotema

<http://www.trip.com.br/ecotema>

Expedição à Serra da Mesa

<http://www.rudah.com.br/serradamesa>

ECONET Brasil

<http://www.lsi.usp.br/econet/econet.htm>

Efeito Estufa - Aquecimento Global –

<http://www.dcn.davis.ca.us/go/earthaware>

Environemtal News Network

www.enn.com

ECONET

www.igc.org/igc/econet

EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária – SC

<http://ws.epagri.rct-sc.br>

F

Fundação Florestal – SP

www.fflorestal.sp.gov.br

FEMAGO - Fundação Estadual do Meio Ambiente de Goiás – GO

www.femago.go.gov.br

Fundação Estadual do Meio Ambiente – MG

<http://www.bhnet.com.br/feam/>

Fundação Estadual de Proteção Ambiental – RS

<http://www.fepam.rs.gov.br/>

Fundação Instituto de Meio Ambiente de Porto Velho – RO

<http://www.ronet.com.br/~fima/>

Fundação Ecológica de Mineiros - EMAS

<http://www.geocities.com/RainForest/Canopy/1240/emas.htm>

Folha do Meio Ambiente

<http://www.folhadomeioambiente.com.br>

Fundação de Proteção aos Animais Silvestres de Ilha Bela

<http://www.infolink.com.br/hip/wildlife>

Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO -

www.fgvj.br/funbio/funbio.htm

Fundação O Boticário de Proteção a Natureza –

www.fbpn.org.br/

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - Fapesp

www.fapesp.br

Fundação Parque Zoológico de São Paulo –

www.zoologico.com.br

Fauna Free - Exploração dos Ursos na China

www.geocities.com/Baja/2324

G

GRUDE - Grupo de Defesa Ecológica - RJ

<http://www.ibase.org.br/~grude>

Gaia - Fundação Gaia

<http://www.agirazul.com.br/fgaia.htm>

Gecet - Grupo de Estudos de Cetáceos (baleias e golfinhos) que atua na Bahia.

<http://www.ufba.br/~gecetcob/>

Grupo Bambui de Pesquisas Espeleológicas

<http://degeo.ufop.br/~basilio/bambui.htm>

H

Home Page da Água

<http://www.visao.com.br/agua>

Hidronet

www.geocities.com/CapeCanaveral/4610

I

INESC

<http://www.inesc.org.br/>

Institute For Global Communicatians – Notícias Ambientais e programa de Busca

<http://www.igc.org/igc/>

INFAM - Reserva Biológica de Duas Bocas -

<http://npd1.ufes.br/~dbio/db1.htm>

Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia -

www.cr-am.rnp.br/inpahome.html

IPSO - Instituto de Pesquisas e Projetos Sociais e Tecnológicos

<http://www.ibase.org.br/~ipso/>

Informativo Ambiental do Departamento de Biologia da UFES

<http://npd1.ufes.br/dbio/infam.htm>

Instituto Acqua, atua em parceria com a Fundação Roberto Marinho

<http://www.frm.org/acqua>

Instituto Ecológico Aqualung

<http://www.uol.com.br/instaquar/>

ICEPA/SC - Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina

www.icepa.com.br

Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares - Ipen –

www.ipen.br

Instituto de Botânica - SP

www.ibot.sp.gov.br

J

Jornal do Meio Ambiente

<http://www.jornal-do-meio-ambiente.com.br>

L**Links Ambientais**

<http://www.owt.com/dircon/envdir.html>

M**Mater Natura - Instituto de Estudos Ambientais**

<http://www.bsi.com.br/~maternat>

Movimento Ubatuba Sim

<http://www.netvale.com.br/ubasim/>

Movimento de Cidadania pelas Águas

<http://www.radiobras.gov.br/agua.html>

N**Notícias Ambientais do EXCITE**

<http://nt.excite.com/162/186/>

NASA

www.nasa.gov

National Geographic

www.nationalgeographic.com

O**ONGS da Bahia**

<http://www.ongba.org.br/org/home.html>

Ocara - ONGs e entidades do Nordeste

<http://www.ocara.org.br/>

P**PANGEA/AgirAzul**

www.agirazul.com.br/

Pró-Bocaina

<http://www.virtualvale.com.br/bocaina.htm>

Pangea - Associação Ambientalista Internacional

<http://www.agirazul.com.br/pangea.htm>

Pacoti - Movimento Salve o Pacoti -CE
<http://www.lia.ufc.br/pacoti/>

Partido Verde - Executiva Nacional –
<http://www.pv.org.br>

Pensamento Ecológico
<http://www.infolink.com.br/~peco/index.htm>

Plantas Medicinais
<http://www.ciagri.usp.br/planmedi/planger.htm>

Programa de Conservação da Mata Atlântica do Governo de São Paulo e do Banco Alemão KFW
www.ppma-br.org/portugues.htm

Programa Piloto de Proteção para as Florestas Tropicais do Brasil – PPG7
www.gtz.de/pp-g7/portugues/

Projeto Grito de Alerta em Defesa da Floresta Amazônica
<http://www.trend.com.br/amazonia>

Projeto Igarapé - Educação Ambiental
<http://lri.facomb.ufg.br/igarape>

Projeto Mamirauá - Brazilian Várzea
www.cpnq.br/mamiraua/mamiraua.htm

Projeto Tamar
www.e-net.com.br/tamar/

Projeto Mico-Leão-Dourado
www.si.edu/glt

Projeto Várzea
www.ufpa.br/~jamer/pv.htm

R

Rede de Reciclagem
<http://grn.com/grn/Architext/AT-GRNquery.html>

RESOL - Resíduos Sólidos
www.resol.com.br/

Revista Ambiental
<http://www.paisvirtual.com/educacion/comercial/edu26/bol.html>

Revista da Árvore
http://www.ufv.br/def/sif/r_arvore/

S

Secretaria Estadual do Meio Ambiente – SP
www.ambiente.sp.gov.br

Site de Busca da WWF
<http://www.panda.org/forms/sitesearch.htm>

Sociedade União Internacional Protetora dos Animais
<http://www.suipa.org.br>

Sociedade Mundial de Proteção aos Animais (WSPA)
<http://www.dialdata.com.br/farradoboi>

Solstice - Fontes alternativas de energia
[Http://solstice.crest.org/index.shtml](http://solstice.crest.org/index.shtml)

SOS Amazônia –
<http://bymedia.com/sosamazonia/>

Spokane Solid Waste Systems – Reciclagem de LIXO
www.solidwaste.org/index.htm

Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico – SP
<http://www.ciencia.sp.gov.br/www.ciencia.sp.gov.br/>

U

União Européia
<http://europa.eu.int>

Unidades de Conservação – SC
www.beenet.com.br/ibama-sc/

University of Bradford – Ciências Ambientais
<http://www.brad.ac.uk/acad/envsci/envscir.htm>

Unicef
www.unicef.org.br

USAID - Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional
www.embaixada-americana.org.br/usaidthor.htm

União Internacional para Conservação da Natureza
www.iucn.org

Universidade Livre do Meio Ambiente
www.bsi.com.br/unilivre

V

Vale Verde - Associação de Defesa do Meio Ambiente - São José dos Campos - SP
<http://www.virtualvale.com.br/valeverde/>

Vitae Civilis - Instituto para o Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz
<http://www.alternex.com.br/~vcivilis>

W

Waveland - País virtual do Greenpeace.
www.waveland.org/

World of Dolphins – Golfinhos
[Http://dolphins.com.br/](http://dolphins.com.br/)

WorldWatch Institute
www.worldwatch.org

WWF - Brasil
www.wwf.org.br

WWF
www.panda.org/

WORLD BANK
www.worldbank.org

ANEXO III

Acompanhamento da Execução Orçamentária 1996 – 1998

Acompanhamento da Execução Orçamentária – 1996

FUNÇÃO	TOTAL AUTORIZADO	TOTAL LIQUIDADO	% LIQ./AUT.
01 LEGISLATIVA	1.275.619.692	1.237.162.759	96,99
02 JUDICIARIA	4.010.526.866	3.752.910.788	93,58
03 ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	159.230.822.406	146.454.080.712	91,98
04 AGRICULTURA	7.993.957.329	5.494.676.002	68,74
05 COMUNICAÇÕES	237.491.239	110.807.788	46,66
06 DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA	10.234.768.072	8.952.599.213	87,47
07 DESENVOLVIMENTO REGIONAL	32.201.146.586	22.488.737.003	69,84
08 EDUCAÇÃO E CULTURA	10.831.867.312	9.304.908.555	85,90
09 ENERGIA E RECURSOS MINERAIS	761.381.004	635.902.485	83,52
10 HABITAÇÃO E URBANISMO	2.231.089.241	344.106.626	15,42
11 INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	1.848.577.479	962.386.301	52,06
12 RELAÇÕES EXTERIORES	460.942.065	426.969.750	92,63
13 SAÚDE E SANEAMENTO	17.202.725.749	14.730.518.726	85,63
75 e 76 – outros.....	16.988.444.714	14.618.975.635	--
77 – proteção ao meio ambiente.....	214.281.035	111.543.091	--
14 TRABALHO	8.203.614.324	6.947.789.841	84,69
15 ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	68.372.649.680	63.956.976.442	93,54
16 TRANSPORTE	5.956.695.023	2.934.150.746	49,26
99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.422.172.666	0	0,00
TOTAL	333.476.046.733	288.734.683.737	86,58

Acompanhamento da Execução Orçamentária – 1997

FUNÇÃO	TOTAL AUTORIZADO	TOTAL LIQUIDADO	% LIQ./AUT.
01 LEGISLATIVA	1.670.491.435	1.623.215.394	97,17
02 JUDICIARIA	5.474.387.474	5.346.309.896	97,66
03 ADMINIST. E PLANEJAMENTO	362.053.583.713	228.407.450.921	63,09
04 AGRICULTURA	9.797.594.546	7.932.380.388	80,96
05 COMUNICAÇÕES	442.810.533	192.830.730	43,55
06 DEFESA NACIONAL E SEGUR. PÚBLICA	11.073.764.852	9.838.535.462	88,85
07 DESENVOLVIMENTO REGIONAL	30.263.036.467	25.487.342.956	84,22
08 EDUCAÇÃO E CULTURA	12.018.864.541	10.428.609.272	86,77
09 ENERGIA E RECURSOS MINERAIS	1.005.662.505	864.581.161	85,97
10 HABITAÇÃO E URBANISMO	2.389.083.105	425.616.011	17,82
11 INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	2.319.127.836	1.162.889.971	50,14
12 RELAÇÕES EXTERIORES	455.299.464	443.649.836	97,44
13 SAÚDE E SANEAMENTO	20.199.186.020	17.986.166.881	89,04
75 e 76 – outros.....	20.007.236.992	17.864.846.576	--
77 – proteção ao meio ambiente.....	191.949.028	121.320.305	--
14 TRABALHO	10.266.422.944	7.198.844.666	70,12
15 ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	71.166.263.072	69.990.822.620	98,35
16 TRANSPORTE	5.153.592.742	3.738.788.414	72,55
17 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	559.116.736	-	-
TOTAL	546.308.287.985	391.068.034.579	71,58

Acompanhamento da Execução Orçamentária – 1998

FUNÇÃO	TOTAL AUTORIZADO	TOTAL LIQUIDADO	% LIQ/AUT.
01 LEGISLATIVA	1.553.789.837	839.344.807	54,02
02 JUDICIARIA	6.651.208.048	3.508.084.821	52,74
03 ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	299.447.310.977	204.964.218.833	68,45
04 AGRICULTURA	9.285.235.089	2.708.046.458	29,17
05 COMUNICAÇÕES	583.460.476	103.206.832	17,69
06 DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PUBLICA	11.611.875.264	5.033.592.355	43,35
07 DESENVOLVIMENTO REGIONAL	25.537.563.438	12.885.320.802	50,46
08 EDUCAÇÃO E CULTURA	16.487.599.334	7.074.192.932	42,91
09 ENERGIA E RECURSOS MINERAIS	1.266.132.908	456.496.221	36,05
10 HABITAÇÃO E URBANISMO	1.575.463.129	10.725.899	0,68
11 INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	2.637.237.383	819.572.151	31,08
12 RELAÇÕES EXTERIORES	459.862.075	217.569.465	47,31
13 SAÚDE E SANEAMENTO	19.367.970.619	8.950.183.624	46,21
75 e 76 – outros.....	19.165.933.711	8.931.392.136	--
77 – proteção ao meio ambiente.....	202.036.908	18.791.488	--
14 TRABALHO	9.378.644.313	4.215.911.088	44,95
15 ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	76.402.626.855	38.842.147.197	50,84
16 TRANSPORTE	5.361.036.756	1.648.255.345	30,75
99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.250.025.393	0	0,00
TOTAL	488.857.041.894	292.276.868.830	59,79